

Demonstrações Contábeis

2020

Sumário

Balanço patrimonial.....	03
Demonstração do resultado.....	04
Demonstração do resultado abrangente.....	05
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	06
Demonstração dos fluxos de caixa.....	07
Demonstração do valor adicionado.....	08
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.....	09
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	68
Manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário.....	75
Parecer do Conselho de Administração.....	76
Parecer do Conselho Fiscal.....	77

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	47.046	240.447	Fornecedores	16	338.565	227.275
Clientes e outros recebíveis	7	9.508	4.851	Garantias contratuais		1.226	1.164
Impostos e encargos a recuperar/compensar	8	5.086	6.330	Operações de arrendamentos	17	83.267	68.414
Adiantamentos de salários e congêneres		7.852	8.188	Remunerações, encargos e benefícios a pagar		24.976	24.640
Adiantamentos para despesas da empresa		932	617	Programa de participação nos resultados - PPR		17	45.195
Outros créditos	9	5.263	12.080	Férias		80.585	85.006
Estoques	10	202.047	156.547	Impostos, taxas e contribuições a recolher		28.795	26.710
Despesas de exercícios seguintes		306	306	Parcelamentos/Acordos	18	25.004	43.206
				Contas a pagar	19	75.779	73.876
				Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	20	162.080	189.645
				Receitas diferidas	21	31.448	585
Total do ativo circulante		278.040	429.366	Total do passivo circulante		851.742	785.716
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo		277.142	341.543	Garantias contratuais		736	814
Clientes e outros recebíveis	7	26.888	23.801	Operações de arrendamentos	17	572.583	617.561
Depósitos judiciais e recursais	11	237.491	304.266	Programa de participação nos resultados - PPR	2	37.192	-
Outros créditos	9	228	941	Contas a pagar	19	774	656
Convênios operacionais	12	12.535	12.535	Convênios operacionais	12	15.851	15.851
				Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	20	247.439	258.421
				Provisões para benefícios a empregados pós emprego	22	656.095	581.043
				Receitas diferidas	21	115.247	7.051
Investimento	13	149	149	Total do passivo não circulante		1.645.917	1.481.397
Imobilizado líquido	14	11.281.419	11.261.898	Patrimônio líquido			
Intangível líquido	15	12.835	19.507	Capital social	23	17.529.178	16.598.384
Total do ativo não circulante		11.571.545	11.623.097	Reservas de reavaliação		401.467	419.385
				Ajustes de avaliação patrimonial		97.309	97.119
				Prejuízos acumulados		(8.941.571)	(7.995.506)
						9.086.383	9.119.382
				Adiantamentos para aumento de capital	24	265.543	665.968
				Total do patrimônio líquido		9.351.926	9.785.350
Total do ativo		11.849.585	12.052.463	Total do passivo e patrimônio líquido		11.849.585	12.052.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita líquida	25	2.131.795	2.716.088
Custo dos serviços prestados	26	(2.347.463)	(2.313.525)
Lucro bruto		(215.668)	402.563
Despesas administrativas	27	(486.899)	(262.494)
Outras receitas (despesas) líquidas	29	(106.964)	(245.345)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(809.531)	(105.276)
Receitas financeiras	30	27.241	65.935
Despesas financeiras	30	(181.693)	(197.946)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(963.983)	(237.287)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	31	-	-
Prejuízo do exercício		(963.983)	(237.287)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado abrangente**Exercícios findos em 31 de dezembro****(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado líquido do exercício		(963.983)	(237.287)
Remensurações de benefícios a empregados pós emprego	22	190	107.734
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(963.793)</u>	<u>(129.553)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Subtotal	Adiantamentos para aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.284.558	454.166	(10.615)	(7.793.000)	7.935.109	1.891.030	9.826.139
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício				(237.287)	(237.287)		(237.287)
Ajustes de avaliação patrimonial							
Remensurações de benefício pós emprego			107.734		107.734		107.734
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	107.734	(237.287)	(129.553)	-	(129.553)
Reservas de reavaliação							
Realização da reserva		(34.781)		34.781	-		-
Recursos para aumento de capital							
Recursos para aumento de capital no período					-	523.802	523.802
Capitalização de recursos antecipados - acionista controlador	1.748.864				1.748.864	(1.748.864)	-
Capitalização em bens - acionista controlador	648.307				648.307		648.307
Descapitalização em bens - acionista controlador	(1.083.345)				(1.083.345)		(1.083.345)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.598.384	419.385	97.119	(7.995.506)	9.119.382	665.968	9.785.350
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício				(963.983)	(963.983)		(963.983)
Ajustes de avaliação patrimonial							
Remensurações de benefício pós emprego			190		190		190
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	190	(963.983)	(963.793)	-	(963.793)
Reservas de reavaliação							
Realização da reserva		(17.918)		17.918	-		-
Recursos para aumento de capital							
Recursos para aumento de capital no período					-	530.369	530.369
Capitalização de recursos antecipados - acionista controlador						(930.794)	(930.794)
Capitalização em bens - acionista controlador	930.794				930.794		930.794
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.529.178	401.467	97.309	(8.941.571)	9.086.383	265.543	9.351.926

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(963.983)	(237.287)
Depreciação / amortização		305.395	337.591
Estimativa para perdas esperadas - clientes e outros recebíveis		4.256	5.850
Redução ao valor recuperável - impostos		(14)	15
Estimativa para perdas esperadas - outros créditos		(93)	231
Estimativa para redução ao valor recuperável - estoques		(2.929)	1.067
Juros e atualização monetária s/ arrendamentos		100.746	98.875
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	4.6.b)	(38.547)	(249.946)
Provisões para benefícios a empregados pós emprego / Ajustes de avaliação patrimonial		75.242	65.703
Baixa do ativo imobilizado / intangível		9.439	4.577
Prejuízo ajustado		(510.488)	26.676
(Acréscimo) / decréscimo do ativo circulante e não circulante			
Clientes e outros recebíveis		(12.000)	(8.769)
Impostos e encargos a recuperar/compensar		1.258	(4.544)
Adiantamentos de salários e congêneres		336	145
Adiantamentos para despesas da empresa		(315)	(120)
Outros créditos		7.623	(6.124)
Estoques		(42.571)	38.296
Depósitos judiciais e recursais		66.775	42.917
Despesas de exercícios seguintes		-	2.447
Convênios operacionais		-	26.811
Acréscimo / (decréscimo) do passivo circulante e não circulante			
Fornecedores		111.290	(40.666)
Garantias contratuais		(16)	(465)
Remunerações, encargos e benefícios a pagar	4.6.b)	336	394
Programa de participação nos resultados - PPR		(7.986)	2.921
Férias		(4.421)	(367)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		2.085	3.813
Parcelamentos/Acordos	4.6.b)	(18.202)	42.953
Contas a pagar	4.6.b)	2.021	3.375
Convênios Operacionais		-	(25.348)
Receitas diferidas		139.059	(5.159)
Caixa líquido nas atividades operacionais		(265.216)	99.186
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos			
Compra de imobilizado / intangível		(327.683)	(314.132)
Descapitalização em bens - Linha 5 Lilás		-	1.083.345
Capitalização em bens - Trecho Extensão Leste da Linha 11 Coral		-	(648.307)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(327.683)	120.906
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização líquida de capital social		930.794	1.313.826
Adiantamentos para aumento de capital		(400.425)	(1.225.062)
Pagamentos por arrendamentos		(130.871)	(149.014)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		399.498	(60.250)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		(193.401)	159.842
Caixa e equivalente de caixa no início do período		240.447	80.605
Caixa e equivalente de caixa no fim do período		47.046	240.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	2.163.606	2.757.385
Receitas dos transportes ferroviários	1.162.010	1.743.962
Subvenção recebida para operação	919.289	929.813
Outras receitas	86.456	89.706
Estimativa para perdas esperadas - ativos financeiros e estoques	(4.149)	(6.096)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.583.806)	(1.323.777)
Custo dos serviços prestados	(1.199.524)	(1.057.118)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(384.282)	(266.659)
Valor adicionado bruto	579.800	1.433.608
Depreciação/amortização	(305.395)	(337.591)
Valor adicionado produzido pela entidade	274.405	1.096.017
Valor adicionado recebido em transferência	27.241	65.935
Receitas financeiras	27.241	65.935
Valor adicionado total a distribuir	301.646	1.161.952
Pessoal	976.739	1.073.411
Remuneração direta	740.340	827.112
Benefícios	183.141	189.943
FGTS	53.258	56.356
Impostos, taxas e contribuições	96.459	117.597
Federais	94.248	116.101
Estaduais	1.805	1.357
Municipais	406	139
Remuneração de capitais de terceiros	192.431	208.231
Juros	181.692	197.946
Aluguéis	10.739	10.285
Prejuízo do exercício	(963.983)	(237.287)
Valor adicionado distribuído	301.646	1.161.952

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

1. Contexto operacional

Aspectos gerais

A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM (“Companhia”) é uma empresa pública, formada por ações, de capital fechado, e, assim sendo, subordinada à Lei nº 6.404/76 e aos respectivos normativos que regem a matéria contábil.

Foi criada pela Lei Estadual nº 7.861, de 28 de maio de 1992, está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como objeto social preponderante a exploração dos serviços de transporte de passageiros, sobre trilhos ou guiados, nas entidades regionais do Estado de São Paulo, abrangendo as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, na forma do artigo 158 da Constituição do Estado de São Paulo.

A Companhia opera com sete linhas férreas que juntas somam 271 km de extensão, dos quais 136,5 km estão na Capital Paulista, também conta com 46 estações do total de 94. Além da Capital, por meio de suas setes linhas, a Companhia atende os moradores de outros 22 municípios, estando ainda integrada a diversas linhas municipais e intermunicipais de ônibus e às linhas do Metrô.

Na condição de empresa pública, integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, sujeita aos efeitos do Artigo 2º, inciso II da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM é uma companhia controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, acionista majoritário e controlador.

Adicionalmente, em razão de ter recebido, nos últimos anos, verbas estaduais para o pagamento de suas despesas de pessoal e custeio, também é enquadrada como “empresa estatal dependente”.

A dependência financeira decorre do fato da política tarifária praticada ser estabelecida pelo Governo Estadual, por meio da estrutura tutelar da Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM, que determina as normativas de gratuidades legais e estrutura tarifária de integração intermodal no objetivo de propiciar acesso às diversas classes sociais e transporte para atender à demandas específicas.

Esta vinculação da política tarifária que compõe a receita da Companhia à agenda de políticas públicas do Estado, de forma oposta à lógica de precificação do serviço utilizada na iniciativa privada, faz com que o caixa gerado pela atuação da Companhia não dê cobertura ao seu custeio bem como aos seus investimentos, razão pela qual o Governo do Estado subsidia os usuários do sistema ferroviário, repassando à Companhia, a título de subvenção econômica, recursos financeiros para a complementação de suas despesas de custeio, assim como aportes de capital para cobertura de seus investimentos.

Este constante desequilíbrio entre a remuneração obtida pelo serviço prestado em relação ao custo operacional e administrativo da Companhia ainda é agravado pelo volume ascendente de passageiros beneficiados por gratuidades legais, tanto por ampliação do benefício ao idoso, a partir de 60 anos, quanto por estudantes de baixa renda matriculados em escolas públicas, somados ainda pelas perdas de receita decorrentes da aplicação de 50% de desconto na tarifa dos demais estudantes e de práticas tarifárias específicas na política de integração de modais de serviço de transporte público e de estímulo de uso do sistema em horários não convencionais.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Em prosseguimento, outro fator relevante de redução do fluxo financeiro é o compromisso de repasse assumido pelas parcerias público privadas/concessões, por meio do Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE, no que se refere ao Convênio firmado entre esta Companhia com a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô e com a São Paulo Transportes – SPTrans, pois tem-se verificado constante déficit financeiro frente ao serviço prestado, alavancado pelo regramento de remuneração e partilha dos valores que prioriza a remuneração dos partícipes privados por meio da aferição da quantidade de passageiros transportados, mesmo aqueles que recebem os benefícios das gratuidades legais (estudantes, deficientes, desempregados e idosos) instituídas pelo Estado, versus tarifa de remuneração estipulada em contrato.

Apoio financeiro – Governo do Estado de São Paulo

Assim sendo, as consequências financeiras a partir de tais diretrizes governamentais são perceptíveis nos demonstrativos contábeis da Companhia, que evidenciam resultado negativo, tendo sido, nos termos da Lei nº 17.244 de 10/01/2020, repassados pela Fazenda do Estado de São Paulo, acionista controlador da Companhia, recursos financeiros na ordem de R\$ 1.449.658 (R\$ 1.453.615 em 2019), sendo R\$ 530.369 (R\$ 523.802 em 2019) de aportes para investimentos e R\$ 919.289 (R\$ 929.813 em 2019) de aportes para subvenção.

Contratação de seguro

Até o encerramento destas Demonstrações Contábeis, a Companhia não contratou seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços de transporte metropolitano por ela prestados.

A Companhia trabalha no sentido de viabilizar a contratação de seguros com foco em “Responsabilidade Civil Geral”, ao longo de 2021.

Principais eventos ocorridos em 2020

Concessão e Parceria Público Privada

Em 2020, a Companhia deu continuidade às ações de assessoramento à Secretaria dos Transportes Metropolitanos para a concretização de dois importantes projetos estratégicos: a Concessão das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da CPTM e a Parceria Público-Privada do Projeto Trem Intercidades, contemplando os seguintes serviços: expresso entre São Paulo, Jundiaí e Campinas (TIC), regional do Trem InterMetropolitano, parador entre Francisco Morato e Campinas (TIM) e Metropolitano da Linha 7 – Rubi.

A Concessão das Linhas 8 e 9 constitui a porta de entrada para investimentos privados no setor, tendo em vista a representatividade desses serviços no sistema de transporte público da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). De fato, ambas atendem mais de um milhão de passageiros em dia útil, cerca de 35% da demanda da rede CPTM. Para esta Concessão foi publicado Edital de Consulta Pública, recebidas as contribuições e promovidos ajustes nas minutas do edital e seus anexos. O Edital da Concorrência Pública para concessão das Linhas 8 e 9 foi publicado em 30/11/2020.

Para o TIC e TIM o projeto de engenharia avançou significativamente nos entendimentos em relação à segregação dos serviços de transporte de carga e de passageiros, bem como no desenvolvimento dos anexos integrantes da minuta de contrato e do edital para realização da Consulta Pública.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Estação Brás – concessão comercial única com pagamento de outorga

Em 2019, nos termos do Relatório Integrado da Administração, divulgado pela Companhia, a CPTM e o Metrô realizaram a consulta pública para a concessão comercial única da Estação Brás à iniciativa privada pelo período de 30 anos, unificando a operação de pontos comerciais, além de desonerar os custos de manutenção, limpeza e segurança da área.

Neste contexto, a Sessão Pública ocorreu na data de 11/02/2020, tendo sido o objeto adjudicado à empresa SOCICAM Administração, Projetos e Representações Ltda. e o contrato assinado entre as partes na data de 19/05/2020, sendo a quitação da outorga em setembro de 2020.

Espaços publicitários para exploração comercial – cobrança de outorga

Em 2019, realizada a consulta pública para concessão da exploração de espaços publicitários em trens e estações durante um prazo de dez anos, prorrogável por mais dez, com pagamento de outorga e de remuneração mínima mensal ou 35% do faturamento bruto, o que for maior. A concessão compreendeu mídia estática e digital nas estações das sete linhas e trens.

Incluiu também um plano de modernização da infraestrutura existente de mídia, orçado em R\$ 25 milhões, com implantação, operação, manutenção, comercialização, conservação e administração dos espaços.

Nestas condições, a Sessão Pública ocorreu na data de 20/01/2020, tendo o objeto sido adjudicado à Empresa ELETROMIDIA S.A, cujo contrato foi assinado na data de 14/02/2020.

A ELETROMIDIA realizou a quitação da outorga em março de 2020. O Contrato foi suspenso em 09/04/20, a pedido da contratada, em razão da pandemia da Covid-19, voltando a vigor em 07/10/2020.

Construção da estação João Dias – Contrato de parceria com a Brookfield

Em 2019, para a zona sul, foi anunciado pela Companhia a construção da Estação João Dias, uma parceria inovadora com a iniciativa privada, a qual será construída pela BROOKSFIELD SÃO PAULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. e doada à Companhia sem nenhum custo.

Em 31/12/2020, as obras já estão com avanço físico de 38%, considerando uma área total construída de 5.508 m², totalmente acessível, em obediência à legislação e normas vigentes, equipada com elevadores e escadas rolantes.

Estação de Francisco Morato

Em 30/08/2020, foi concluída a reconstrução da Estação Francisco Morato, que está beneficiando diariamente milhares de passageiros. Com mais de 6.000 m² de área construída, a estação possui 5 escadas rolantes e 3 elevadores. A estação é dotada de rota tátil, banheiros acessíveis, comunicação visual e sonora de forma a garantir a acessibilidade e conforto dos passageiros e colaboradores da Companhia, além de equipamentos que garantem economia de energia, água e a utilização de água de reuso. Apresenta área destinada para comercialização por meio de lojas que poderão ser implantadas através de concessão.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Aprovação das Demonstrações Contábeis

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Colegiada da Companhia em 11 de março de 2021.

2. Efeitos da pandemia causada pela Covid-19

Prestação do serviço de transporte

A evolução da pandemia da Covid-19 e das medidas de controle adotadas pelo Poder Público causaram, de imediato, redução na demanda de transporte, cujo impacto e a quantificação não foram previsíveis em um primeiro momento, em função da rápida evolução de eventos e mudanças diárias de cenário.

No que diz respeito à oferta de transporte pela Companhia, houve, em um primeiro momento, redução da oferta de trens, na ordem de 40%. No entanto, a redução de oferta deu-se de menor forma que a redução de demanda, que ficou no patamar de 60%, uma vez que buscou-se manter um maior distanciamento social, sendo no transcorrer do ano, o serviço ofertado retornado aos níveis anteriores da pandemia, favorecendo-se o distanciamento social, em que pese isto implicar em maior custo por passageiro transportado.

Ainda neste cenário, o custo total, sofreu sensível aumento em função do reforço nos serviços de limpeza e asseio dos trens e demais dependências da Companhia, pelos quais transitam passageiros e colaboradores, no objetivo master da redução de transmissão do vírus, alinhado às diretrizes do Governo do Estado de São Paulo e da Secretaria de Transportes Metropolitanos.

Contudo, considerando-se que a Companhia é uma empresa prestadora de serviço público essencial, subsidiada por seu acionista controlador Fazenda do Estado de São Paulo, não há risco da não continuidade de suas operações em um futuro previsível.

Ações de combate a disseminação da Covid-19 na Companhia

A Companhia adotou diversas medidas com vistas ao enfrentamento da Covid-19, pautadas no atendimento das orientações dos órgãos de saúde e nas determinações normativas pertinentes, as quais surtem efeitos até a data presente.

Para tanto, foi instituído, por meio do Ato do Presidente AP nº 7124, de 13 de março de 2020, o Comitê de Controle e Prevenção COVID – 19, para coordenar e monitorar as ações de controle e prevenção relacionadas à Covid-19.

- **Público externo**

Intensificação do processo de limpeza, higienização e desinfecção dos pátios, trens (como a limpeza de seus bancos, pisos e corrimãos) e estações de trens (tais como a limpeza de higienização dos elevadores, escadas rolantes e demais equipamentos públicos) bem como comunicado aos lojistas nas estações para intensificarem a higienização de seus espaços, tendo reposição diuturnamente de itens de limpeza dos sanitários, como sabonetes, papéis higiênicos, papéis toalha;

Comunicação orientativa e direta com os passageiros por meio de vídeos e AP's – Avisos Públicos nas estações e trens, além de divulgação quase que diária nas redes sociais da Companhia;

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Também foram instalados dispensers para disponibilização de álcool em gel ao lado das bilheterias das estações; e

Foram adotadas medidas, em 04/05/2020, com o advento do Decreto nº 64.956, de 29 de abril de 2020, necessárias para impedir a entrada e a permanência de pessoas que não estiverem utilizando máscara de proteção facial, no âmbito do serviço de transporte público de trens metropolitanos, tendo sido distribuídas mais de 200 mil máscaras aos passageiros nas estações da Companhia.

• Público interno

Divulgação de Boletins de orientação aos empregados por meio de e-mails, Canal Digital, bem como disponibilizados na Intranet da Companhia;

Aquisição e distribuição de máscaras de tecido em número suficiente para todos os empregados das áreas de operação, segurança e estações, além de máscaras descartáveis para todas as áreas da empresa;

Distribuição de luvas aos empregados das bilheterias e disponibilidade de álcool em gel a todos os empregados, inclusive os que não trabalham diretamente em contato com os passageiros;

Definição, pelo Comitê COVID -19 CPTM, da obrigatoriedade do uso de máscaras pelos colaboradores em todas as dependências da Companhia, a partir de 07/05/2020;

Dispensa de trabalho de colaboradores dos grupos de risco no início da pandemia, instituindo posteriormente o protocolo de "RETOMADA SEGURA", visando garantir a retomada de atividades com segurança;

Liberação para home office dos colaboradores que atuam em áreas administrativas. Com isso, cerca de 12% dos colaboradores passaram a executar suas atividades no sistema de teletrabalho ou home office, que se mantém até a presente data;

Suspensão temporária de viagem corporativa (nacional ou internacional), dos treinamentos presenciais, exames médicos periódicos (internos e externos), consultas nutricionais, psicológicas, de assistência social e do PAAD e, por fim, de reuniões presenciais, exceto as do Comitê COVID -19, sendo recomendada a utilização do recurso de "conference call" pelo software ou aplicativo "TEAMS";

Permanência em quarentena dos colaboradores que retornarem do exterior, na condição de home office, por 14 dias a partir do retorno da viagem; e

E, por fim, monitoramento dos casos de suspeita de Covid-19.

Benefícios tributários

Com o Decreto nº 64.937/2020 de 13/04/2020, pelo qual é determinada a adoção das medidas necessárias para preservar a saúde financeira das empresas estaduais frente à pandemia do novo Coronavírus, a Companhia adotou as seguintes medidas:

- Suspensão da conversão, em abono pecuniário, de um terço das férias do empregado público, prevista no artigo 143 da Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 8º, parágrafo único, da medida provisória nº 927, de 22/03/2020;

- Adicional de um terço de férias a ser pago concomitantemente ao décimo terceiro salário, observado o inciso I deste artigo, restando afastado o momento de pagamento previsto no artigo 1º, "caput", do Decreto nº 29.439, de 28 de dezembro de 1988, fato que ocorreu em 18/12/2020.

- Prorrogação dos prazos para o recolhimento do INSS, PIS/PASEP, COFINS e FGTS, nos termos e condições abaixo:

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

- Portaria nº 139, de 3 de abril de 2020, prorrogou o prazo para o recolhimento da contribuição previdenciária (parte empresa), PIS/PASEP e COFINS das competências de março e abril/2020 que deviam ser pagas no prazo de vencimento das contribuições devidas nas competências julho e setembro de 2020, respectivamente, o que efetivamente ocorreu em 20/08, 25/08, 20/10 e 23/10/20;
 - Portaria nº 245, de 15 de junho de 2020, prorrogou o prazo para o recolhimento da contribuição previdenciária (parte empresa), PIS/PASEP e COFINS da competência de maio/2020 que deviam ser pagas no prazo de vencimento das contribuições devidas na competência outubro de 2020, o que efetivamente ocorreu em 20/11 e 25/11; e
 - Medida Provisória nº 927/20, prorrogou o recolhimento do FGTS das competências de março, abril e maio/2020 e parcelou em 6 vezes com pagamentos a partir de julho/2020, considerando desta forma os recolhimentos efetivados no período de julho à dezembro de 2020;
- Medida Provisória nº 932/2020, determinou a redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema "S"), em 50%, excepcionalmente de 1º de abril a 30 de junho de 2020, sendo:
- SENAI – Contribuição geral de 1,0% para 0,5%;
 - SENAI – Contribuição adicional de 0,2% para 0,1% e;
 - Sesi – Contribuição geral de 1,5% para 0,75%.
- Decreto municipal nº 6193 de 15/04/2020, emitido pela Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos que prorrogou o recolhimento do ISS, relativo às competências de abril e maio de 2020, para recolhimento em 15/09/2020 e 15/10/2020, respectivamente;
- Decreto municipal nº 39G de 07/04/2020, emitido pela Prefeitura de Francisco Morato, que prorrogou o recolhimento de tributos municipais, dentre eles o ISSQN, vencidos após 23/03/20, sendo para a Companhia o de competência abril/20, para recolhimento em 30/05/20 (alcance na Companhia - competência abril/20); e
- Decreto municipal nº 74G de 31/07/2020, emitido pela Prefeitura de Francisco Morato, que prorrogou o recolhimento de tributos municipais, dentre eles o ISSQN, vencidos após 23/03/20, para recolhimento em 23/12/2020 (alcance na Companhia – competências agosto e setembro de 2020).

Controle interno

- **Ambiente tecnológico**

A Companhia já possuía uma meta corporativa de implantação de teletrabalho e home office em 2020, idealizada no segundo semestre de 2019.

A preparação do ambiente de infraestrutura e *cyber security* já estavam em estado bem adiantado e preparadas para atender essa Meta Corporativa, através de equipamentos de infraestrutura e aplicativos de segurança (firewall, antivírus, VPN, dentre outros).

Um Next Generation Firewall (NGFW) já estava em produção quando ocorreu a decretação da pandemia pela Organização Mundial da Saúde - OMS, desencadeando a implantação imediata do Teletrabalho e Home Office para atender Decreto nº 64.864 de 16/03/2020 do Governo do Estado de São Paulo, onde ficou definido que a partir de 17 de março de 2020 todos os empregados públicos estaduais com mais de 60 anos, excetuando-se os que trabalham nas áreas de segurança pública e saúde, deveriam trabalhar de casa, sendo este equipamento a porta de entrada para acesso à rede corporativa administrativa da Companhia em ambiente externo.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Assim, a fase de testes para a implantação de teletrabalho e home office foi suprimida e iniciou-se a implantação diretamente, com pleno sucesso, em 17/03/2020.

O ambiente de Tecnologia de Informação da Companhia conta ainda com o CSIRT – Computer Security Incident Response Team da Prodesp, a qual atende a ISO 27001 - Sistema de Gestão da Segurança da Informação. Esse time de segurança é focado na segurança do nosso ambiente de TI. Assim, disponibilizar o acesso remoto aos colaboradores via VPN foi feito de uma forma muito tranquila e segura.

Como o ambiente de acesso é seguro, monitorado, com antivírus e uso do NGFW, não ocorreram incidentes de segurança com a liberação de acesso externo para os colaboradores de Home Office e Teletrabalho.

É utilizado o Microsoft Teams para realizar reuniões virtuais, treinamentos, SIPAT e lives dos mais diversos assuntos corporativos.

• Auditoria interna

Implementada auditoria contínua dos contratos firmados para o enfrentamento da Covid-19, visando a aferição de sua aderência à legislação geral e específica, com destaque para as premissas da Lei nº 13.979/2020 de 06/02/2020 e do Comunicado SDG nº 18/2020 de 28/04/2020, incluindo exames de todas as licitações e monitoramento das publicações no portal de transparência em comparação às bases de dados dos sistemas internos. Até 31/12/2020, foram auditados 24 processos licitatórios firmados para enfrentamento da Covid-19, distribuídos em 05 Relatórios de Auditoria.

Clientes e outros recebíveis

O fluxo de Clientes foi afetado pela restrição de abertura de comércio de serviços não essenciais. Em março/2020, foram suspensos 85 contratos vinculados a uso de instalações e espaços – exploração comercial, sendo mantidos apenas os contratos de serviço de recarga de bilhetes e dois contratos de serviço essencial, minimercado e farmácia.

Nesta esteira, o faturamento foi reduzido na ordem de 17% (comparativo orçado versus realizado expurgando os valores faturados com as outorgas - nota explicativa Contexto operacional - Principais eventos ocorridos no período findo em 31/12/2020). Durante o ano, o faturamento começou a se recuperar com a retomada dos contratos, no período de junho a dezembro de 2020, com exceção de um contrato de operação de estacionamento, que se vislumbra retorno em início de 2021.

A inadimplência acumulada foi de 4% em 2020 para a qual não foi constituída estimativa de perda, pelo fato de ter sido criado um grupo de trabalho específico para análise dos pedidos de reequilíbrio financeiro dos lojistas, com prazo para conclusão até o final de março/2021.

Fornecedores

Considerando a redução dos recursos financeiros próprios bem como do Governo do Estado de São Paulo, acionista controlador da Companhia, foi negociada prorrogação de pagamento, vinculado ao contrato nº 876408301100 firmado com a CTRENS – Companhia de Manutenção, dos serviços prestados nos períodos de 14/03/2020 a 13/04/2020 e de 14/04/2020 a 13/05/2020, em 6 parcelas, a partir de 31/10/2020, do montante de R\$ 59.501, estando pendente em 31/12/2020 o montante de R\$ 29.750.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Programa de participação nos resultados - PPR

Em função da emissão do Decreto Estadual nº 65.463 de 12/01/2021, que versa sobre medidas de contenção de despesas com pessoal e encargos sociais, no contexto da pandemia da Covid-19, o pagamento do Programa de Participação nos Resultados – PPR referente ao exercício encerrado de 2020 está previsto para 2022 e, portanto, excepcionalmente está classificado como passivo não circulante.

3. Denúncia criminal contra administradores

Em 09 de junho de 2017 o Grupo Especial de Combate a Delitos Econômicos do Ministério Público Estadual apresentou denúncia contra, entre outros, 4 ex gestores da Companhia, que teriam tido participação em processo licitatório com objeto de prestação de serviços de manutenção de trens (séries S2000, S2100, S3000, S2070, S7000 e S7500), certame destinado à 3ª Rodada de Manutenção de Material Rodante, dentro da Política de Manutenção da Companhia.

A Ação Penal recebeu o número 0047997-33.2017.8.26.0050, tramita em segredo de justiça e a Companhia não é parte no processo.

Conforme informações prestadas em janeiro de 2021, pelos advogados dos ex gestores citados, a ação foi redistribuída para a 2ª Vara dos Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores de São Paulo em 24 de janeiro de 2020 e até a presente data ainda não foram apreciadas as “defesas prévias” apresentadas pelo respectivos defensores.

Cabe informar que, ao longo dos anos de 2015 a 2018, a Companhia fez trabalhos de auditoria interna para verificação acerca da regularidade do cumprimento dos contratos que ensejaram a denúncia e não apurou irregularidades.

Com relação à auditoria independente das contas de 2017, ano de apresentação da denúncia, os processos e contratos foram examinados para embasamento de sua opinião para fins de emissão do Relatório dos Auditores Independentes, não sendo apontada, também, nenhuma irregularidade.

4. Apresentação das demonstrações contábeis

4.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, com os pronunciamentos, com as orientações e com as interpretações técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias à estas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção para instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa 5.2.

Considerando os repasses financeiros promovidos pelo acionista controlador Fazenda do Estado de São Paulo, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional dos negócios da Companhia.

4.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$).

4.3. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à companhias abertas.

As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

4.4. Uso de estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais tem como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Como, devido ao fato de se tratarem de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, assim, a Companhia revisa suas premissas e consequentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos em resultado no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações contábeis neste exercício foram:

a) Estimativa para redução ao valor realizável de estoques

Para constituição de estimativa para redução ao valor realizável dos estoques são avaliados os itens estocados de forma a identificar itens obsoletos estocados, itens que possam ser específicos para manutenção de sistemas descontinuados, itens com data de validade expirada e itens de giro lento.

Se identificados itens nas condições acima, ao longo do exercício subsequente, passam a ser avaliadas as probabilidades de seu descarte, considerando as perspectivas de absorção do mercado, inicialmente na condição original e, em sua impossibilidade, na condição de inservível, e outros fatores que influenciem uma possível venda e recuperação parcial de valor.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

b) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos

Em consonância com o normativo contábil que trata a matéria, os testes de recuperação dos ativos são realizados ao menos anualmente ou em períodos menores na ocorrência de indícios / gatilhos internos ou externos que assim o determinem.

Como a Companhia é tratada na concepção de uma única Unidade Geradora de Caixa – UGC, considerando a aplicação da abordagem do custo de reposição dos ativos, ajustando-o mediante os efeitos do desgaste natural de utilização e da obsolescência, não se vislumbrou efeitos da pandemia da Covid-19 neste sentido.

c) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise da inadimplência histórica, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes – CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

d) Estimativa para redução ao valor recuperável de impostos e encargos a recuperar/compensar

A estimativa para redução ao valor recuperável de impostos e encargos a recuperar/compensar é constituída a partir da constatação da impossibilidade de sua recuperação, considerando a análise individualizada de cada tributo.

e) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões para frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Tais provisões são revisadas mensalmente e ajustadas mediante alterações nas circunstâncias e premissas que a determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nestas condições, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais (fiscais e previdenciárias) estão em conformidade ao período encerrado e foram efetuados de acordo com os seguintes critérios:

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para tais contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

4.5. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo

As obrigações decorrentes de benefícios de curto prazo concedidos aos empregados são reconhecidas como despesas de pessoal considerando a realização do serviço correspondente. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento devido pela Companhia em decorrência da concessão de tais benefícios, a ser liquidado em até 12 meses do fechamento do exercício.

Enquadram-se neste grupamento anuênio e gratificação por tempo de serviço; seguro de vida em grupo; vale refeição e alimentação; programa de participação nos resultados – PPR e benefício rescisório – aviso prévio.

Programa de participação nos resultados – PPR

A Companhia mantém o Programa de Participação nos Resultados - PPR desde o ano de 2011, sendo que, para o ano de 2020, o programa contemplou dois indicadores financeiros, um de satisfação do usuário, quatro indicadores ligados ao planejamento estratégico, dois indicadores operacionais e três indicadores individuais. Cada indicador tem seu peso definido em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.598/13, estando no Programa definidas a linha de base e a meta a ser atingida.

b) Benefícios de longo prazo

Nos benefícios de longo prazo concedidos aos empregados, dos quais obrigações são imputadas à Companhia pela possibilidade de serem pagos após o término do vínculo empregatício, enquadram-se o programa de previdência aos empregados oriundos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU que dele mantém participação, o plano de saúde (assistência médica e odontológica) e o benefício de desligamento sem justa causa aos empregados oriundos da extinta Ferrovia Paulista S/A – FEPASA, conforme regras concessórias específicas.

Assim sendo, estes benefícios são avaliados na periodicidade anual, cujo método atuarial para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios é o da UCP – Unidade de Crédito Projetada, aplicada sobre as obrigações atuariais projetadas, de acordo com o recomendado pelo Pronunciamento CPC nº 33, sendo os efeitos das remensurações, reconhecidos em Outros resultados abrangentes - ORA.

Neste contexto, exceção se faz ao plano de assistência odontológica que, embora haja a caracterização de benefício no período pós-emprego, normalmente não apresenta passivos de longo prazo a serem registrados devido ao seu comportamento inverso em relação ao plano de assistência médica, sendo a utilização e o custo exponenciais em relação à idade, tanto a utilização como o custo decrescem em relação à idade.

Respectivas premissas, exposição dos resultados e parecer sobre os resultados apurados estão evidenciados na nota explicativa nº 22.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

4.6. Reapresentação dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis correspondentes de 31 de dezembro de 2019, originalmente aprovadas pela Diretoria em 13 de março de 2020, estão sendo reapresentadas para melhor refletir as operações da Companhia e propiciar aos usuários da informação maior clareza.

Trata-se de elementos patrimoniais que compõem o Passivo Circulante e o Passivo Não Circulante da Companhia, que, pela presente reclassificação, passam a estar plenamente alinhados à sua efetiva natureza e prazos de realização.

Assim sendo, estão sendo considerados:

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

a) Balanço patrimonial 2019

Passivo Circulante	Saldo em 31/12/2019	Reclassificações				Saldo em 31/12/2019 reapresentado
Remunerações, encargos e benefícios a pagar	17.432	283	(a2)	6.925	(a3)	24.640
Parcelamentos/Acordos	-	43.206	(a)			43.206
Contas a pagar	124.290	(50.414)	(a1)			73.876
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-	189.645	(b)			189.645
Subtotal	141.722	182.437	283	6.925		331.367
Passivo não circulante						
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	448.066	(189.645)	(b)			258.421
Subtotal	448.066	(189.645)	-	-		258.421
Total	589.788	(7.208)	283	6.925		589.788

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Evento (a):

Reclassificação parcial da rubrica “Contas a pagar” para rubricas contábeis específicas, conforme a natureza dos eventos, de forma a dar maior clareza aos usuários da informação das transações registradas, considerando, neste contexto, o montante de R\$ 50.414, sendo:

- R\$ 43.206 para rubrica Parcelamentos/Acordos:

Parcelamentos decorrentes de dispositivo permissivo previsto no Artigo 916 do Código de Processo Civil mediante o insucesso de ações de natureza trabalhista e acordos em decorrência do insucesso em ações de natureza civil em que a Companhia figurou como ré, movidas em função de acidentes e atropelamentos ocorridos no leito ferroviário.

- R\$ 7.208 para a rubrica Remunerações, encargos e benefícios a pagar:

Sendo R\$ 6.925 referente a assistência médica e odontológica e R\$ 283 referente a Seguro de vida em grupo, benefícios concedidos aos colaboradores da Companhia que passam a compor rubrica específica à natureza das referidas obrigações.

Evento (b):

Estudos internos determinaram que as ações em fase judicial de execução devem ser consideradas como obrigações de curto prazo, portanto, transferidas aquelas que se enquadram nesta condição, do Passivo não circulante para Passivo circulante, considerando o montante de R\$ 189.645.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

b.) Demonstração dos fluxos de Caixa 2019

	Saldo em 31/12/2019	Reclassificações			Saldo em 31/12/2019 reapresentado
Remunerações, encargos e benefícios a pagar	245	-	149	(a1)	394
Parcelamentos/acordos	-	-	42.953	(a2)	42.953
Contas a pagar	46.477	(43.102)	(a)	-	3.375
Provisão – riscos trabalhistas, cíveis e tributários	169.363	(169.363)	(b1)	-	-
Reversão – riscos trabalhistas, cíveis e tributários	(265.048)	265.048	(b2)	-	-
Contingências liquidadas	(154.261)	154.261	(b3)	-	-
Provisão/(Reversão) – riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-	(249.946)	(b)	-	(249.946)
	(203.224)	(43.102)	43.102		(203.224)

(a) Efeito da reclassificação parcial da rubrica “Contas a pagar” dos compromissos de assistência médica e odontológica, seguros de vida em grupo para a rubrica “Remunerações, encargos e benefícios a pagar” (a1) e dos valores de parcelamentos/acordos transferidos para conta específica (a2).

(b) Agrupamento de legendas de mesma natureza de forma a dar maior clareza da informação, distribuídas conforme legendas (b1), (b2) e (b3).

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

5. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente ao exercício anterior.

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 6).

5.2. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a companhia deles se torna parte. São registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que lhe sejam diretamente atribuídos, quando de sua aquisição ou emissão, e remensurados conforme regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, sendo atualizados pelo método dos juros efetivos, nos termos pactuados em contrato, e as despesas e/ou receitas com juros e encargos reconhecidos no resultado, no período em que ocorrerem. Os ativos e passivos financeiros são baixados quando os direitos de receber ou pagar tenham expirados.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia correspondem a:

- i.) aplicações em CDB e fundos de investimentos ancorados em ativos e derivativos de renda fixa de risco conservador, de liquidez diária e remunerados diariamente com base em taxas vinculadas a um percentual da variação do CDI ou Selic, objetivando proporcionar rentabilidade de forma compatível com as variações diárias das taxas de juros e;
- ii.) recebíveis derivados de instrumentos financeiros firmados pela Companhia junto a terceiros, mantidos com o objetivo do recebimento de fluxos de caixa contratuais, gerados em datas específicas, relativos somente ao pagamento do principal e juros sobre o valor do principal em aberto, sendo classificados:

(a) Valor justo por meio do resultado

Nesta categoria estão classificados os Equivalentes de Caixa. Os ganhos decorrentes de variações no valor justo são reconhecidos no resultado no período em que ocorrerem.

(b) Custo Amortizado

Nesta categoria classificam-se Clientes e outros recebíveis e Outros créditos, amortizados pelo método da taxa efetiva de juros.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Redução ao valor de recuperação de ativos financeiros

A Companhia avalia na data do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser estimados.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Nessa categoria, estão classificados Fornecedores, Garantias Contratuais e Contas a Pagar.

5.3. Clientes e outros recebíveis

Clientes e outros recebíveis são registrados pelo valor nominal e não incluem juros e, se necessário, deduzidos da provisão para perdas de crédito estimadas considerando o histórico de inadimplência e análise individual de cada devedor, em montante considerado suficiente pela Administração para a cobertura de perdas em sua realização.

5.4. Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção dos sistemas ferroviários. Estão registrados pelo custo médio ponderado de aquisição e ajustado ao valor realizável líquido.

Com o objetivo de conferir os saldos físicos dos materiais estocados, aferir os controles internos e propiciar maior nível de acuracidade ao estoque, a Companhia realiza inventários rotativos, com contagem física mensal, contínua e programada, considerando a metodologia da Curva ABC.

5.5. Depósitos judiciais e recursais

Depósitos recursais são desenhos compulsórios exigidos para a interposição de recursos trabalhistas, cujos valores podem ser descontados do crédito do reclamante ou devolvidos à Companhia no final do processo a depender do desfecho judicial.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com a finalidade de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou de oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia o referido desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Por sua vez, os registros contábeis são mantidos em valor original em razão dos rendimentos por si produzidos sujeitarem-se à condição suspensiva, num ambiente de incerteza acerca do fluxo de benefícios econômicos futuros, reconhecidos em resultado quando de possível reversão à Companhia.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 11.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

5.6. Imobilizado

O Imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de sua aquisição e/ou construção, acrescido dos custos de melhorias e/ou reformas e apresentado pelo montante líquido dos efeitos de encargos de depreciação, calculada pelo método linear, considerando as taxas mencionadas na nota explicativa nº 14, exceção aos terrenos e leito da linha, não sujeitos a encargos de depreciação.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são aqueles considerados como adequados nas condições atuais de registro contábil, sendo os encargos de depreciação do período reconhecidos no resultado do exercício.

No ativo Imobilizado, conforme detalhamento apresentado nas notas explicativas nº 5.9 e nº 17, estão considerados ativos em posse da Companhia, enquadrados nos termos da NBC TG 06 (R3) Arrendamentos (CPC 06 (R2) - Arrendamentos)

Por fim, a Companhia mantém os efeitos da reavaliação de seus ativos realizada no exercício de 2002, conforme Laudos de Reavaliação emitidos em 31 de maio de 2002 pela empresa Aerocarta S.A. - Engenharia de Aerolevantamentos, que contemplou os bens patrimoniais adquiridos até 31 de dezembro de 2000, sendo, em 31/12/2020, os ativos que ainda apresentam efeito da mais valia:

Ativos	Reserva de Reavaliação	
	Base Maio/2002	Posição em 31/12/2020
Terrenos e Leito da Linha	579.619	538.715
Via Permanente, Edifícios e Instalações.	1.027.764	69.569
	1.607.383	608.284

5.7. Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida útil definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 15).

5.8. Fornecedores

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de Imobilizado/Intangível, cujo prazo de vencimento corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

5.9. Operações de arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento é realizada no momento de sua contratação.

Para os contratos em que parte dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador, o tratamento é de arrendamento operacional, sendo respectivos pagamentos registrados em despesa do exercício, considerando o método linear durante o período do arrendamento. Para os contratos firmados pela Companhia em que se detém substancialmente todos os riscos e usufruto da propriedade, a classificação é de arrendamento financeiro, capitalizado no balanço desde o início do respectivo arrendamento.

Neste cenário, é reconhecido como ativo de arrendamento apenas o objeto de um contrato, cujos termos contratuais atendem aos requerimentos do NBC TG 06 (R3) Arrendamentos (CPC 06 – Arrendamentos), sendo seu detalhamento apresentado na nota explicativa nº 17.

O passivo correspondente, constituído em face do reconhecimento do ativo, é atualizado mensalmente considerando os encargos financeiros inerentes a operação, apropriados em resultado do exercício, pela taxa de juros efetiva firmada em contrato, classificado em passivo circulante e não circulante alinhado ao prazo contratual.

O ativo adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil definida pela Companhia, conforme menção na nota explicativa nº 14, considerando a previsão contratual de sua transferência à Companhia ao final do contrato.

5.10. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Neste grupo estão consideradas as demais obrigações legais ou constituídas pela Companhia. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas e classificados como circulantes ou não circulantes conforme sua data de realização ou liquidação.

5.11. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida pelo regime de competência, excluindo descontos, abatimentos e impostos incidentes sobre a mesma, excetuando-se a proveniente da prestação de serviço de transporte com a utilização de bilhete magnético e QRCode reconhecida pelo montante da venda, que correspondeu a 25,7% do total da arrecadação.

A receita operacional é decorrente preponderantemente da prestação de serviço de transporte, sendo as tarifas praticadas fixadas pelo Governo do Estado de São Paulo, de caráter social e, assim sendo, em volume financeiro insuficiente para frente aos custos e despesas operacionais a ela vinculados. Referida receita decorre da venda de bilhete de cartolina com tarja magnética intitulado Edmonson e de bilhetes eletrônicos na tecnologia QRCode, comercializados pela própria Companhia para permissão de uma viagem, de uso exclusivo na ferrovia ou integrado com o modal rodoviário, e pela utilização de bilhetes eletrônicos, cartões inteligentes com circuito integrado sem contato (ContactlessSmartCard) controlados por meio de Sistemas de Bilhetagem Eletrônica - SBE. A tecnologia QRCode esteve em uma fase piloto até 11/12/2020, estando na etapa de transição até a suspensão em definitivo da venda dos bilhetes com tarja magnética, prevista para ocorrer no início de abril/2021.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

No ano de 2020, foram utilizados cartões eletrônicos de três sistemas de bilhetagem eletrônica (SBE) nos validadores dos bloqueios de nossas estações, sendo: Bilhete Único (BU), Bilhete do Ônibus Metropolitano (BOM) e BENFÁCIL (municípios de Itapevi, Barueri e Jandira), representando um percentual de 74,3% do total da receita bruta de prestação de serviço de transporte aferida pela Companhia.

Nos casos do BOM e do BU, os fluxos financeiros são decorrentes de vendas antecipadas, por meio do carregamento de créditos em cartões eletrônicos e, em função dos termos dos convênios assinados pela Companhia e demais partícipes, são rateados com base no quantitativo histórico de pagantes transportados em cada companhia dentro de cada sistema.

No caso do sistema BENFÁCIL, a remuneração se dá pela apuração dos quantitativos de passageiros transportados em períodos de 10 dias, e valorados pelas tarifas exclusiva e integrada vigentes na ocasião da validação em nossos bloqueios.

No ambiente de bilhetagem eletrônica, no que se refere ao BU e BOM, há de se observar o descolamento do fluxo financeiro em relação à prestação de serviço de transporte, haja vista que o volume dos créditos recebidos, decorrente das vendas antecipadas, não se vincula diretamente à prestação de serviço de transporte, sendo o fluxo financeiro vinculado a regras de partição pré-estabelecidas em convênio bem como voláteis ao comportamento do usuário quanto ao carregamento de créditos.

Neste contexto, para o exercício de 2020, do comparativo da receita de transporte, mensurada pela utilização do transporte ferroviário, em relação ao fluxo financeiro, foi apurado um déficit financeiro frente ao serviço prestado, sendo reconhecida uma perda para 2020 de R\$ 182.972 (R\$ 245.654 em 2019), nota explicativa nº 29.

Relativo ao déficit apurado na operacionalização do Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE, identifica-se como causas: i) para o SBE-BU: as vendas antecipadas que remuneram primeiro as concessionárias Via Quatro e Via Mobilidade, considerando a quantidade de passageiros transportados sem distinção entre o passageiro pagante e aquele que adentrou no sistema por gratuidade legal ou integrado, sendo o saldo remanescente das vendas repassado ao Metrô e a Companhia, em percentuais definidos por um Comitê Gestor, que é insuficiente para remunerar a prestação de serviço prestado pela Companhia e ii) o percentual de distribuição do saldo das vendas entre CPTM e Metrô ser inferior a representatividade de seus passageiros pagantes no SBE-BU, sendo:

Perdas no SBE-BU (Efeito Via Quatro / Via Mobilidade)	137.648
Perdas no SBE-BU (Efeito do percentual de remuneração)	45.324
Total da Perda no SBE	182.972

5.12. Normas e interpretações novas e revisadas

Em 2020, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC não publicou novos pronunciamentos, apenas a revisão dos pronunciamentos técnicos nº 15/2020 e nº 16/2020, apresentando alterações nos CPC's 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros, sendo seus reflexos observados e aplicados no que coube à Companhia.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Bancos	7.709	18.002
Aplicações financeiras	36.234	218.004
Valores em trânsito	3.103	4.441
	47.046	240.447

O saldo das receitas tarifárias (recursos próprios) e demais créditos arrecadados diariamente pela Companhia, após a liquidação de seus compromissos, são transferidos para a conta única do Tesouro do Estado no Sistema SIAFEM - Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios, nos termos do Decreto 60.244 de 14 de março de 2014 e corroborado pelo Decreto Estadual nº 64.748 de 17/01/2020, que determina que os recursos das empresas em que o Estado seja controlador passem obrigatoriamente a serem mantidos em contas do SIAFEM.

Estes valores são aplicados no FI Tesouro (Renda Fixa), fundo este destinado exclusivamente às aplicações dos recursos do TESOIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO e gerido pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A.

O objetivo do fundo é proporcionar rentabilidade de forma compatível com as variações diárias das taxas de juros concentrando suas aplicações em ativos financeiros e operações de renda fixa. Até dezembro de 2020, a remuneração média acumulada no ano deste fundo foi de 101% do CDI (101% do CDI em 2019).

A Companhia também possui uma conta garantia mantida na Caixa Econômica Federal vinculada ao contrato da PPP (nota explicativa nº 17), sendo o seu saldo aplicado em um fundo de renda fixa de longo prazo (CAIXA FIC ESPECIAL RF LP). Também na Caixa Econômica Federal, os créditos de reversões judiciais são depositados em uma aplicação financeira (CAIXA FIC SIGMA REF DI) e mantidos por um período de três meses, quando então os valores de principal e rendimentos são resgatados e transferidos para nossa conta única.

É mantida também no banco Bradesco aplicação financeira (CDBs/LETRAS) como uma reserva para os pagamentos das liquidações financeiras da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, responsável pela comercialização de energia elétrica no Brasil. A remuneração se dá por taxa pré-fixada de 92,75% do CDI sobre o capital de R\$ 540 e 88,75% sobre R\$ 70.

Quando a “valores em trânsito” referem-se a valores arrecadados nas estações ferroviárias, cujo transporte e conferência do numerário são de responsabilidade de empresa transportadora de valores contratada pela Companhia, para posterior depósito na conta corrente, sendo este processo concluído em D+2, contado a partir da data da coleta de valores efetuada nas estações.

A queda verificada nos saldos em caixa em 31/12/20 em relação a 31/12/2019, é decorrente da substancial diminuição na arrecadação das receitas tarifárias ao longo dos meses em que houve a quarentena decretada pelo Governo do Estado.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

A diminuição dos totais mensais transportados de pagantes na Companhia causou uma queda de 33,56% na arrecadação do ano de 2020 em relação ao ano anterior, mesmo tendo ocorrido um aumento das tarifas públicas de transporte em jan/20.

Não obstante esta queda na arrecadação, a Companhia foi classificada na categoria de empresa com necessidade de funcionamento ininterrupto, consoante Decreto 64.864, de 16/03/20, tendo mantido o pleno funcionamento dos serviços de transporte para atendimento da população, impondo, por conseguinte a necessidade de manutenção da quitação dos compromissos financeiros junto aos seus fornecedores e assim reduzindo o saldo em caixa.

7. Clientes e outros recebíveis

Créditos decorrentes da permissão de passagem em vias férreas, do uso de instalações e espaços para exploração comercial e da prestação de serviços diversos, conforme convênios e contratos firmados entre as partes.

No intuito de garantir a liquidez, os títulos a receber são avaliados na periodicidade anual ou quando da ocorrência de fato superveniente, sendo o procedimento, em se constatando inadimplência recorrente, evidenciando a impossibilidade de recebimento, a transferência dos títulos do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda.

Neste contexto, excetuando a singularidade exposta na nota explicativa 4. Efeitos da pandemia causada pela Covid-19, pelas evidências constatadas no exercício findo em 31/12/2020, foi constituída estimativa para perdas no montante de R\$ 30.476 (R\$ 26.220 em 31/12/2019).

A composição deste grupo é demonstrada conforme segue:

- Composição - principal:**

	Circulante		Não Circulante	
	2020	2019	2020	2019
Permissão de passagem em vias férreas	1.205	1.137	28.185	25.098
Uso de instalações e espaços – exploração comercial	8.110	3.187	29.179	24.923
Outros	193	527	-	-
	9.508	4.851	57.364	50.021
Estimativa para perdas esperadas com clientes e outros recebíveis	-	-	(30.476)	(26.220)
	9.508	4.851	26.888	23.801

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

• Composição - estimativas para perda esperada

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões		Saldo em 31/12/2020
			Por recebimento	Por perda	
Permissão de passagem em vias férreas	1.297	-	-	-	1.297
Uso de instalações e espaços – exploração comercial	24.923	7.761	(499)	(3.006)	29.179
	26.220	7.761	(499)	(3.006)	30.476

O montante de R\$ 3.006, reconhecido como perda, foi aprovado pela Administração da Companhia, nos termos das Resoluções de Diretoria nº 15049 de 16/01/20 e nº 15590 de 21/12/20, considerando a impossibilidade de seu recebimento após os esforços envidados para seu recebimento.

Por fim para o encerramento em 31/12/2020, para as estimativas de perdas já constituídas foi agregado o montante de R\$ 7.761, que mediante as evidências de ausência de liquidez, se fez necessária sua constituição.

8. Impostos e encargos a recuperar / compensar

	2020	2019
IR/CSLL pago a maior a a compensar	3.627	4.886
II - Imposto de Importação a Recuperar	716	709
Pasep a recuperar	380	372
INSS a recuperar	237	242
Outros tributos a recuperar	127	136
	5.087	6.345
Estimativa para perdas esperadas com impostos a recuperar	(1)	(15)
	5.086	6.330

Créditos de IR/CSLL pagos a maior a compensar derivam preponderantemente de retenção na fonte de aplicações financeiras que, pela apuração de prejuízo fiscal, são compensados após entrega da ECF, em exercício subsequente.

Relativo ao imposto de importação e ao Pasep, foram mérito de pedido de restituição deferidos favoravelmente pela Receita Federal do Brasil, estando no aguardo do respectivo pagamento e/ou ordem para sua compensação.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Quanto ao INSS decorrem de recolhimentos indevidos de 11% da contribuição previdenciária incidente na fonte sobre cessão de mão de obra. A Companhia pede a restituição das importâncias, tanto por meio de processos de restituição como também sob a sistemática eletrônica do PERD.

Por fim, a estimativa para perdas constituída em 31/12/2019, no valor de R\$ 15, foi convertida em perda por deliberação da Administração da Companhia, nos termos da Resolução de Diretoria nº 15108 de 20/02/2020, tendo em vista os impostos reputados como irrecuperáveis, sendo o relativo ao INSS e ao IRPJ pelo fenômeno da prescrição e o atinente ao ISS por indeferimento de pertinente pedido de restituição.

Para o encerramento deste exercício, foi constatada a necessidade de constituir provisão para perda no importe de R\$ 1, referente a IRRF não declarado pela fonte pagadora e que os esforços para sua regularidade estão se mostrando infrutíferos.

9. Outros créditos

- Composição por natureza do crédito:

	Circulante		Não circulante	
	2020	2019	2020	2019
Bloqueios judiciais	1.698	1.202	-	-
Acordos - ações judiciais	1.680	6.260	222	906
Penalidades contratuais	329	3.359	2.641	2.583
Venda de bilhetes	240	288	-	-
Ressarcimento de indenização trabalhista	1.114	-	-	-
Outros	202	971	684	864
INSS - Ressarcimento Convênio	-	-	1.562	1.562
Adiantamento a fornecedor não honrado	-	-	2.287	2.287
	5.263	12.080	7.396	8.202
Estimativa para perdas esperadas com outros créditos	-	-	(7.168)	(7.261)
	5.263	12.080	228	941

Para o exercício de 2020, decorrente de análises realizadas pela Administração, a Companhia identificou a necessidade de aumento da estimativa para perdas esperadas com outros créditos para o montante de R\$ 7.168 (R\$ 7.261 em 2019).

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

- Composição da estimativa para perdas:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões no período			Saldo em 31/12/2020
			Por perda efetiva	Por recebimento	Por renegociação	
Penalidades contratuais	2.583	152	(63)	(12)	(19)	2.641
Adiantamento a fornecedor não honrado	2.287	-	-	-	-	2.287
INSS - Ressarcimento Convênio	1.562	-	-	-	-	1.562
Outros	829	362	(337)	(174)	(2)	678
	7.261	514	(400)	(186)	(21)	7.168

O montante de R\$ 400 foi efetivado como perda em face das deliberações da Diretoria da Companhia por meio das Resoluções nº RD nº 15.049 de 16/01/2020 e RD nº 15.590 de 21/12/2020, bem como por decisão, por competência delegada, da Gerência Financeira.

10. Estoques

Os estoques da Companhia são compostos por insumos necessários à sua operação e manutenção, sendo transacionados pelo custo médio ponderado:

	2020	2019
Material ferroviário e de uso geral ¹	168.744	147.045
Material de escritório	1.272	1.382
Material inservível e sucata	4.973	1.928
Material em análise ¹	21.258	4.521
Material a devolver - reprova por laudo	308	73
Materiais em poder de terceiros ²	4.069	5.120
Bilhetes ³	2.606	590
	203.230	160.659
Estimativa para redução ao valor realizável de estoques	(1.183)	(4.112)
	202.047	156.547

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

¹O grupamento de Material ferroviário e de uso geral e de Material em análise estão impactados preponderantemente pela entrada em estoque de trilhos e dormentes em 2020 (não houveram compras em 2019), sendo que parte das entradas ainda se mantém em processo de análise de qualidade e, portanto, em estoque transitório, não disponível para uso.

²Materiais em poder de terceiros correspondem a materiais enviados para terceiros para testes, reparos e por empréstimos vinculados a contratos de manutenção de trens, sendo os vinculados a empréstimos no importe de R\$ 4.023 (R\$ 4.891 em 31/12/2019).

³Estoque de bilhetes são os confeccionados em cartolina, intitulados Edmonson, distribuídos às estações para serem comercializados em bilheteria para a permissão de viagem no modal ferroviário. Em 2020, as entradas em estoque à partir de outubro/20 foram impactadas pelo reajuste de preço de confecção motivado por nova contratação, na ordem de 96,05%.

A estimativa de redução ao valor realizável dos estoques, constituída a partir das premissas informadas no Capítulo 4 – Apresentação das demonstrações contábeis – subitem Estimativa para redução ao valor realizável de estoques, teve a seguinte movimentação:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões no período		Saldo em 31/12/2020
			Por perda efetiva	Por mudança de estimativa	
Material ferroviário e de uso geral	4.112	1.183	(3.476)	(636)	1.183
	4.112	1.183	(3.476)	(636)	1.183

Para os itens baixados de estoque, indisponíveis para uso na operação/manutenção, é analisada a possibilidade de sua alienação, considerando as perspectivas de absorção do mercado, inicialmente na condição original e, em sua impossibilidade, na condição de inservível, e outros fatores que influenciem uma possível venda e recuperação parcial de valor. Nestas condições para o exercício de 2020, as perdas com itens de estoque apresentaram a seguinte movimentação:

• Movimentação no período (perdas de estocagem)

Perda de estoque de itens para os quais foi constituída estimativa a valor recuperável em 31/12/2019	3.476
Perda de estoque para itens identificados no decorrer do exercício de 2020	1.857
	5.333
Entrada em estoque de inservíveis/sucatas	(3.061)
Resultado das perdas de estocagem	2.272

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

11. Depósitos judiciais e recursais

Os depósitos judiciais e recursais derivam dos processos trabalhistas, em razão de aposentados da FEPASA que ajuízam ações contra o Estado e contra esta Companhia; de empregados de empresas terceirizadas que, quando demitidos ou encerrados os contratos, buscam valores da empresa empregadora e colocam a Companhia no polo passivo da ação, como responsável subsidiária; e de ações que envolvem empregados da própria Companhia.

Nos dois primeiros casos (FEPASA e TERCEIRIZADOS), a Companhia não tem como fazer qualquer ingerência quanto ao ajuizamento de tais ações. Tal se dá, em razão de os aposentados não terem qualquer relação de emprego com a Companhia ou mesmo com o Estado e, em relação aos empregados de terceirizados, pelos mesmos não estarem sob sua gestão, restando em relação às empresas contratadas uma cobrança e fiscalização efetiva e nos dois casos, a apresentação da melhor defesa jurídica, o que está em prática, desde há muito tempo.

Quanto aos processos de empregados da própria Companhia, o volume apresentado se justifica pelo fato de o direito de ação ser garantido pelo art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal, o que estimula o ingresso de ações de empregados em atividade, muitas vezes, ajuizando mais de uma ação, que geram alto custo financeiro.

É certo que a Reforma Trabalhista ocorrida em 2017, num primeiro momento, acarretou uma diminuição expressiva do ingresso de ações, especialmente aquelas que traduziam verdadeiras aventuras jurídicas. Entretanto, passados 3 (três) anos das novas regras implementadas pela Reforma, em que pese não tenha chegado aos números anteriores, ocorreu um aumento no ajuizamento de ações, considerando que o receio de pagamento de custas e honorários periciais pelos vencidos nos processos, acabou sendo minimizado pela farta concessão dos benefícios da Justiça Gratuita aos Reclamantes.

Relativo a processos cíveis, para os quais é necessário depósito judicial, o grande volume se concentra nas ações indenizatórias de responsabilidade civil ajuizadas por passageiros da Companhia. Em relação às indenizatórias, válido dizer que decorrem do direito de ação constitucionalmente garantido, assim como das regras atinentes à responsabilidade civil.

Por fim, relativo aos depósitos judiciais de natureza tributária, estão vinculados ao pedido de reconhecimento de imunidade tributária de IPTU, considerando várias municipalidades nos quais a Companhia mantém estabelecimento de entrada para a prestação de serviço de transporte.

Nestas condições, os depósitos judiciais e recursais efetivados pela Companhia estão compostos por:

	2020	2019
Trabalhistas	9.048	8.677
Cíveis	26.972	28.428
Recursais	57.818	67.022
Tributários	143.653	200.139
	237.491	304.266

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

• Movimentação no período

	2019	Adições	Reversões		2020
			Ao reclamante	A Companhia	
Cíveis	28.428	350	(938)	(868)	26.972
Recursais	67.022	5.527	(11.033)	(3.698)	57.818
Trabalhistas	8.677	4.710	(2.937)	(1.402)	9.048
Tributários	200.139	2.187	(500)	(58.173)	143.653
	304.266	12.774	(15.408)	(64.141)	237.491

Relativo aos depósitos judiciais de natureza tributária, a reversão no montante de R\$ 58.173 se refere ao êxito das ações nº 19.270-C e 23.693-C, movidas contra a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul (reversão parcial) e contra a Prefeitura Municipal de Poá, respectivamente, do reconhecimento da imunidade tributária quanto a cobrança de IPTU.

12. Convênios operacionais

Trata-se de convênio firmado com a CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos em decorrência do Protocolo e Justificação da Cisão daquela Companhia, ocorrida em 26/05/1994, para transferência do patrimônio e operação a esta Companhia.

Seu propósito foi o de estabelecer as condições básicas necessárias à continuidade dos serviços após a transferência da CBTU-STU/SP para o âmbito desta Companhia, bem como definir a prestação mútua de serviços que, ao longo do tempo, produziu ativos e passivos de ambas as partes.

Para os ativos, preponderantemente, considera-se o ressarcimento de ações trabalhistas em que arrolada esta Companhia e de responsabilidade da CBTU (período da reclamatória) e da cessão de empregados, os quais estavam cedidos para manter o funcionamento do escritório regional até encerramento das atividades da CBTU no Estado de São Paulo.

Para os passivos destaca-se materiais oriundos de obra de sobra, pertencentes à CBTU, que foram incorporados ao estoque da Companhia e, assim sendo, utilizados nos processos de manutenção interna. Tais ativos e passivos são passíveis de encontro de contas, cujos levantamentos estão em andamento.

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo não circulante	12.535	12.535
Passivo não circulante	15.851	15.851
Líquido a pagar	(3.316)	(3.316)

13. Investimento

Os investimentos estão compostos conforme abaixo, sendo que a participação em empresas de telefonia não atribui à Companhia controle ou influência sobre as mesmas, sendo registradas pelo custo histórico, correspondentes a R\$ 149 em 31/12/20 (R\$ 149 em 31/12/2019).

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

14. Imobilizado líquido

		2020			2019		
	Taxas de depreciação	Custo reavaliado	Custo original	Custo total	Custo reavaliado	Custo original	Custo total
Terrenos e leito da linha	-	538.715	1.506.269	2.044.984	538.715	1.492.868	2.031.583
Via permanente, edifícios e instalações	1,25% a 6,66%	989.213	5.818.043	6.807.256	989.228	5.434.789	6.424.017
Equipamentos de transportes ferroviários	6,66% a 10%	1.277	15.259	16.535	2.384	2.882	5.266
Trens	2,50% a 7,14%	257.519	3.030.793	3.288.312	356.106	3.203.462	3.559.568
Outros equipamentos de transporte	5,55% a 33,33%	5.406	120.180	125.586	5.406	120.118	125.524
Equipamentos, máquinas e ferramentas	4% a 33,33%	7.809	336.063	343.872	7.992	325.907	333.899
Mobiliário em geral	4,34% a 33,33%	630	79.399	80.029	631	75.783	76.414
Outros ativos imobilizados		456	78.044	78.500	419	74.221	74.640
Imobilizações em andamento		-	2.043.804	2.043.804	-	2.179.886	2.179.886
Equipamentos de giro ¹		-	8.394	8.394	-	7.659	7.659
Adiantamentos Concedidos ²		-	141.352	141.352	-	108.203	108.203
		1.801.025	13.177.600	14.978.624	1.900.881	13.025.778	14.926.659
Depreciação acumulada		(1.192.741)	(2.504.464)	(3.697.205)	(1.269.491)	(2.395.270)	(3.664.761)
		608.284	10.673.136	11.281.419	631.390	10.630.508	11.261.898

¹Peças e equipamentos de reposição mantidos em estoque, qualificados como itens de giro pela possibilidade de seu recondicionamento, mantidos em prateleira da área de manutenção pela necessidade imediata de seu uso, em rodizio com aqueles instalados no equipamento principal.

²Adiantamentos concedidos aos contratados para desembaraço de despesas aduaneiras bem como de contratos executados na modalidade de empreitada por preço global, cujo critério de medição estabelece desembolsos por etapa de execução.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

14.1. Movimentação do período (Custo de aquisição):

	2019	Adições	Transferências ¹	Reclassificações	Baixas	2020
Terrenos e leito de linha	2.031.583	1.796	11.605		-	2.044.984
Via permanente, edifícios e instalações	6.424.017	3.988	379.283		(32)	6.807.256
Equipamentos de transportes ferroviários	5.266	-	12.547		(1.278)	16.535
Trens	3.559.567	-	2.429		(273.685)	3.288.312
Outros equipamentos de transporte	125.524	-	62		-	125.586
Equipamentos, máquinas e ferramentas	333.899	4.987	5.243		(257)	343.872
Mobiliário em geral	76.415	3.858	139		(382)	80.029
Outros ativos imobilizados	74.640	209	3.677		(26)	78.500
Imobilizações em andamento	2.179.886	278.903	(414.985)		-	2.043.804
Equipamentos de giro	7.659	793	-		(58)	8.394
Adiantamentos Concedidos	108.203	33.149	-		-	141.352
	14.926.659	327.683	-		(275.718)	14.978.624

¹As transferências informadas se referem a obras encerradas, cujo ativos foram disponibilizados para uso operacional, passando, nestas condições a se sujeitar a encargos de depreciação.

Em 2020, para as baixas patrimoniais efetivadas, destacam-se as referentes a Trens. Por meio das Resoluções de Diretoria nº 14829, 15216, 15217, 15302, 15381 e 15382, em consonância com as normas específicas para Alienação de Bens da Companhia (art. 37. § 3º item III), classificados como antieconômicos, quando considera a situação de manutenção do bem onerosa e seu rendimento precário em virtude do uso prolongado, desgaste e obsolescência, neste sentido, os Relatórios Técnicos comprovam a necessidade de baixas patrimoniais, haja vista que os equipamentos tornaram-se obsoletos, colaborando para um desempenho inferior em relação aos demais trens da frota, avaliam a manutenção dificultosa, pelo tempo de vida útil decorrido, apresentam falta de peças e componentes o que torna economicamente e operacionalmente inviável sua manutenção na frota. Observamos ainda, de acordo com os valores totais baixados, contábil R\$ 273.685, residual R\$ 6.518, os carros se encontravam depreciados em quase a sua totalidade, em 97,62%.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

14.2 Movimentação do período (depreciação):

	2019	Adições	Baixas	2020
Via permanente, edifícios e instalações	1.934.497	177.263	(32)	2.111.728
Equipamentos de transportes ferroviários	3.885	1.104	(1.278)	3.711
Trens	1.312.462	91.841	(267.167)	1.137.136
Outros equipamentos de transporte	60.847	6.007	-	66.854
Equipamentos, máquinas e ferramentas	246.176	16.359	(257)	262.278
Mobiliário em geral	71.501	2.309	(379)	73.431
Outros ativos imobilizados	35.393	6.694	(20)	42.067
	3.664.761	301.577	(269.133)	3.697.205

14.3 Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

Os bens do ativo imobilizado são revisados anualmente, com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil. A Companhia utiliza valor de mercado para os terrenos e para os demais, abordagem do custo de reposição como técnica de avaliação, com ajuste do valor pelos efeitos do desgaste natural de utilização e obsolescência, equiparando-os aos ativos a serem comparados. Os bens do ativo imobilizado da Companhia são enquadrados em uma única Unidade geradora de caixa – UGC.

Considerando a Companhia como uma única UGC, pelos estudos realizados pela Companhia, o valor recuperável é maior que aquele evidenciado na escrituração contábil, não havendo perda a ser reconhecida em 31/12/20.

14.4 Ativos adquiridos pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) para a utilização pela Companhia

No exercício de 2013, foram firmados contratos de fornecimento de trens e respectivos sobressalentes diretamente pela STM para serem utilizados pela Companhia.

Em 31/12/2020, o quantitativo de trens entregues e em operação corresponde ao acumulado de 72 trens, correspondentes ao montante residual de R\$ 1.993.943 (R\$ 1.773.578 em 2019), aferido por meio do controle dos custos de aquisição, data da disponibilidade para uso e pela aplicação de taxa de depreciação nos mesmos critérios vigentes na Companhia, sendo:

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020
Custo incorrido	1.866.471	269.741	2.136.212
Depreciação acumulada	(92.893)	(49.376)	(142.269)
	1.773.578	220.365	1.993.943

14.5 Imobilizado em andamento – Contratos suspensos

Em 31 de dezembro de 2020, 14 contratos (32 em 2019) cujos custos acumulam o montante de R\$ 472.095 (R\$ 730.399 em 2019), registrados no Imobilizado Técnico em Andamento, encontram-se paralisados (suspensos) em função de insuficiência orçamentária e financeira, por motivos técnicos, por estarem em processo de rescisão ou ainda devido a seu escopo fazer parte do Edital de Concessão das Linhas 8 e 9.

Relativo a eventos desta natureza, o procedimento contábil, na periodicidade mínima anual ou na ocorrência de fatos supervenientes, é a avaliação junto às áreas gestoras do status de cada contrato paralisado, de forma a conhecer as estratégias da Companhia para sua retomada e para a identificação de possíveis perdas decorrentes da paralisação.

Assim sendo, este procedimento foi cumprido para o exercício de 2020 e, considerando as informações prestadas pelas respectivas áreas técnicas gestoras, não houve a necessidade do reconhecimento de perdas para o exercício findo em 31/12/2020.

• Movimentação do período:

Contratos suspensos em 31/12/2019	32
(-) Reativados em 2020	(8)
(-) Encerrados/cancelados/rescindidos	(4)
(-) Agregado ao contrato de execução	(1)
(-) Transferidos para despesa	(9)
Sub-total	10
(+) Contratos suspensos em 2020	4
Contratos suspensos em 31/12/2020	14

As transferências para despesa se referem a contratos de projetos básicos e executivos que não serão mais utilizados para futuras obras de expansão da Companhia, haja vista que não se justifica a implantação de tais projetos em dias atuais, mas que não serão descartados e sim utilizados como material de referência e consulta para estudos e projetos futuros.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

15 Intangível

	Taxas anuais de amortização	2020	2019
Sistema de bilhetagem eletrônica	20%	3.500	3.500
Software e licenças	20%	47.696	54.034
		51.196	57.534
Amortização acumulada		(38.361)	(38.027)
		12.835	19.507

- Movimentação do período (Custo de Aquisição):**

	2019	Baixas	2020
Sistema de bilhetagem eletrônica	3.500	-	3.500
Software e licenças	54.034	(6.338)	47.696
	57.534	(6.338)	51.196

- Movimentação do período (amortização):**

	2019	Adições	Baixas	2020
Sistema de bilhetagem eletrônica	3.500	-	-	3.500
Software e licenças	34.527	3.818	(3.484)	34.861
	38.027	3.818	(3.484)	38.361

15.1 Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

Em que pese os ativos intangíveis da Companhia terem vida útil determinada (NE 5.7) e, assim sendo, sujeitos à amortização ao longo do período, seus respectivos valores foram revisados e não foram identificadas evidências de que houvesse perda a ser reconhecida em 31/12/20.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

16. Fornecedores

	2020	2019
Entidades privadas nacionais	158.467	95.182
Concessões e Entidades públicas	13.196	8.900
Entidades estrangeiras	16.782	10.716
Provisão de serviços e fornecimentos realizados	150.120	112.477
	338.565	227.275

Considerando a variação para a rubrica Entidades privadas nacionais, destaca-se as negociações realizadas pela Companhia para prorrogação de prazo de pagamento, sem incidência de juros, firmado por meio de termo de prorrogação específico, de duas medições, parceladas em 06 vezes, a partir de 30/10, ficando em aberto as 03 parcelas vincendas em 2021, no importe de R\$ 29.751.

Destaca-se ainda compromissos vinculados a execução de obras, cujas parcelas obedecem às variações dos itens de contrato que estão sendo realizados em cada medição, sendo que em dezembro/19 as medições foram em valor inferior às medições aprovadas para dezembro/2020, ênfase se dá às medições vinculadas à implantação de sistemas de energia.

Ainda neste contexto, dos compromissos assumidos pela Companhia, do montante de R\$ 188.445 (R\$ 114.798 em 2019), referentes aos compromissos formalizados pelos fornecedores por meio dos respectivos faturamentos, R\$ 54.134 (R\$ 39.604 em 2019) serão liquidados por meio de aportes do acionista controlador, decorrentes de investimentos, cuja contrapartida se traduz em ativos para uso da Companhia.

17. Operações de Arrendamentos

Contrato firmado em 19 de março de 2010, pelo prazo de 20 anos, cujo objeto é a Concessão Administrativa para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e a modernização da frota da Linha 8 - Diamante da Companhia, dentro dos padrões pré-definidos de confiabilidade, disponibilidade e tempo de reparo, com renovação total da frota.

O processo de modernização consistiu na renovação total da frota dedicada a Linha 8 Diamante, em duas etapas, abrangendo, na primeira etapa, o fornecimento de 12 trens novos de 8 carros, totalizando 96 carros, e, na segunda etapa, o fornecimento de 24 trens novos de 8 carros, totalizando 192 carros.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Em 05/07/2019, foi formalizado Termo de Aditamento ao contrato de Concessão Administrativa para consignar o uso de tais trens também na Linha 9-Esmeralda a critério da Companhia e consignado ainda que os serviços de restabelecimento operacional também passem a ser executados na Linha 9-Esmeralda.

Conforme cláusula contratual, os mecanismos de pagamento da contraprestação pecuniária e da remuneração da concessionária, referente a renovação da frota de trens, está sendo liquidada financeiramente mediante pagamentos de parcelas mensais por trem entregue, desde o mês base da entrega física até o período final do contrato (240 meses), valor este reajustado anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor - FIPE.

Também, nos termos contratuais, os trens novos adquiridos e/ou fabricados pela Concessionária estão em uso na operação dos serviços de transporte público de passageiros da Companhia e serão transferidos à Companhia ao final da concessão.

Face ao exposto, a operação foi enquadrada como Operação de Arrendamento Mercantil, de acordo com a NBC TG 06 (R3) Arrendamentos (CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

A taxa de juros contratual de 8,3% a.a é a taxa utilizada para o cálculo do valor do contrato, valor presente com desconto, conforme detalhamento abaixo informado:

Abertura por vencimento - Carteira de arrendamento a valor presente:

Prazos	2020			2019		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Vencidos	-	-	-	-	-	-
Até 1 ano	69.767	13.500	83.267	64.014	4.400	68.414
De 1 a 5 anos	265.068	1.767	266.835	256.057	1.707	257.764
Acima de 5 anos	303.723	2.025	305.748	357.414	2.383	359.797
	638.558	17.292	655.850	677.485	8.490	685.975
Circulante			83.267			68.414
Não circulante			572.583			617.561

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

- Movimentação no período:**

2019	Juros	Atualização monetária	Pagamentos	2020
685.975	52.383	48.363	(130.871)	655.850

- Abertura por vencimento - Fluxo de caixa futuro das operações de arrendamento:**

Prazos	2020			2019		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Vencidos	-	-	-	-	-	-
Até 1 ano	49.450	62.202	111.652	42.428	56.639	99.067
De 1 a 5 anos	225.236	155.140	380.376	207.974	172.402	380.376
Acima de 5 anos	363.872	71.976	435.848	427.083	103.859	530.942
	638.558	289.318	927.876	677.485	332.900	1.010.385

18. Parcelamentos/Acordos

Referem-se acordos firmados a partir do insucesso em ações de natureza civil em que a Companhia figurou como ré, movidas em face de acidentes e atropelamentos ocorridos no leito ferroviário, e parcelamentos de ações trabalhistas perdidas pela Companhia, nos termos do dispositivo permissivo previsto no Artigo 916 do Código de Processo Civil, em 6 (seis) parcelas, com a incidência de atualização monetária pela TR e juros de 1% a.m.

Neste contexto, estão sendo considerados:

	Saldo em 31/12/2019	Entradas	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Acordos – ações cíveis	43.206	6.836	(46.174)	3.868
Parcelamentos – ações trabalhistas	-	67.124	(45.988)	21.136
	43.206	73.960	(92.162)	25.004

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

19. Contas a pagar

	31/12/2020			31/12/2019		
	Não		Total	Não		Total
	Circulante	circulante		Circulante	circulante	
Ação de desapropriação indireta ¹	73.686	-	73.686	67.709	-	67.709
Aquisição de imóvel ²	-	-	-	4.600	-	4.600
Outras contas a pagar	2.093	774	2.867	1.567	656	2.223
	75.779	774	76.553	73.876	656	74.532

¹Processo nº 0020044-81.200.8.2.0053 – ação de desapropriação indireta ajuizada pela Eletropaulo em face da Companhia para indenização de imóvel de sua propriedade, utilizado quando da implantação da Linha 5 – Lilás. Há recursos da Companhia pendentes de análise perante o STJ e STF.

²Parcela de Compromisso de venda e compra firmado com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, sob o Processo nº 583.00.2006.237655-6, da 17ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, para a aquisição de dois terrenos, localizados à Rua Elis Maas, no bairro de Capão Redondo, liquidado em 17/12/2020.

20. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

	31/12/2020			31/12/2019		
	Não		Total	Não		Total
Natureza das ações	Circulante	circulante		Circulante	circulante	
Cíveis	25.392	66.113	91.505	22.908	63.522	86.430
Trabalhistas	136.688	181.326	318.014	166.737	194.899	361.636
	162.080	247.439	409.519	189.645	258.421	448.066

Trabalhistas e Cíveis

Das reclamações relativas a ações cíveis destaca-se pedidos de indenização decorrentes de acidentes com passageiros transportados pela Companhia e de incidentes ocorridos no leito férreo e execuções fiscais.

Quanto aos processos trabalhistas referem-se a pedidos de pagamento de diferenças de remuneração decorrentes de cálculos de horas extras, adicionais de periculosidade, insalubridade e de risco, acidentes de trabalho, diferenças de verbas rescisórias pagas a empregados aposentados, incidências de anuênio em outras verbas trabalhistas e casos semelhantes.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

A Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais empregados aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos empregados ativos da Companhia. Nessas ações a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados nessas ações são reembolsados à Companhia nos termos no Parecer CJ/SF. 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 por meio do processo 1000288-601078/2010.

Ações na fase judicial de Execução são registradas no passivo circulante, as demais no passivo não circulante.

Classificação de Risco de Perda

A Companhia constituiu no exercício de 2020 provisão no montante de R\$ 409.519 (R\$ 448.066 em 2019). Os desembolsos possíveis decorrentes da eventual perda das ações com risco de perda provável poderão ocorrer no período de aproximadamente 2 a 3 anos, em média. As ações com classificação de perda possível no exercício de 2020 totalizaram R\$ 277.858 (R\$ 297.208 em 2019), para os quais nenhuma provisão é requerida conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

Natureza das ações	Avaliação de perdas prováveis		Avaliação de perdas possíveis	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas	318.014	361.636	115.159	156.882
Cíveis	91.505	86.430	162.699	140.326
	409.519	448.066	277.858	297.208

• Movimentação do período

Natureza das ações	2019	Provisões	Liquidações	2020
Trabalhistas	361.636	105.135	(148.757)	318.014
Cíveis	86.430	17.608	(12.533)	91.505
	448.066	122.743	(161.290)	409.519

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

21. Receitas diferidas

Natureza da Receita	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Bilhetes - expresso turístico	59	-	59	70	-	70
Recarga de bilhete eletrônico – BOM	16.448	-	16.448	-	-	-
Antecipação de venda de inservíveis e sucatas	2.995	-	2.995	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	516	6.535	7.051	515	7.051	7.566
Cessão de direito de uso	11.430	108.712	120.142	-	-	-
	31.448	115.247	146.695	585	7.051	7.636

A Companhia tem adotado em seus contratos para concessões de direito de uso de espaços, a modalidade de remuneração através de disputa pela outorga inicial, além das remunerações mensais pelo uso do espaço. Tal estratégia resultou em incremento da receita, a princípio diferida, em razão do acirramento das disputas das licitantes pelos direitos de uso de espaços, com impacto no recebimento à vista.

22. Provisões para benefícios a empregados pós emprego

Em 31/12/2020, considerando todas as modalidades de benefícios pós emprego concedidos pela Companhia, a posição de ativos e passivos está mensurada em:

	2020	2019
(a) Plano de previdência – benefício definido	580.211	520.599
(b) Benefício de assistência médica	70.536	52.535
(c) Benefício de desligamento aos empregados oriundos da ex-FEPASA	5.348	7.909
Total do passivo atuarial	656.095	581.043

As remensurações reconhecidas na demonstração dos resultados abrangentes, no exercício findo em 31/12/2020, correspondem a uma perda de R\$ 190 (ganho de R\$ 107.734 em 2019) e está representado por:

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

(a) Plano de previdência – benefício definido

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, na modalidade de benefício definido, administrado pela entidade fechada de previdência complementar Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, regido por normas específicas (Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 2001 e demais normas emitidas pelo CNPC e pela PREVIC). O plano de benefícios conta com contribuição paritária dos participantes e patrocinador, estando previstos os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por invalidez;
- Aposentadoria por idade;
- Aposentadoria por tempo de contribuição;
- Aposentadoria especial;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte;
- Auxílio-reclusão; e
- Pecúlio por morte.

Além dos benefícios previdenciários acima, o Plano BD garante os seguintes direitos:

- Benefício Mínimo;
- Resgate de Contribuições;
- Benefício Proporcional Diferido; e
- Auto patrocínio.

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Economia.

Em 31/12/2020, a base considerou a população de 388 (426 em 2019) participantes ativos, 1.381 (1.221 em 2019) participantes assistidos e 308 pensionistas (219 em 2019).

As hipóteses técnicas e financeiras aplicadas nesta avaliação estão aderentes às consideradas pela Entidade de Previdência Complementar – REFER (exceto quanto à taxa de desconto), sendo as principais premissas:

	2020	2019
Taxa de desconto	3,22%	3,54%
Duração média dos pagamentos – Duration	10,67 anos	10,1 anos
Taxa de inflação de longo prazo	3,27%	3,58%
Tábua biométrica - Mortalidade geral	AT-83	AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica - Mortalidade inválidos	AT-49	AT-49

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Exposição dos resultados

De acordo com as hipóteses adotadas e com as metodologias recomendadas (Unidade de Crédito Projetado), o estado de equilíbrio do programa previdenciário, após das avaliações precedidas por ser assim resumido:

1. Resumo das obrigações calculadas	2019	2020
Total das obrigações	1.067.000	1.082.078
(-) Valor justo dos ativos financeiros em 31/12/2020	(546.401)	(501.867)
Déficit em 31/12/2020	(520.599)	(580.211)

2. Movimentação das obrigações e ativos financeiros	31/12/2019	31/12/2020	Projeção 31/12/2021
Obrigações no início do exercício	1.024.495	1.067.000	1.082.078
Custo do serviço corrente	12.953	13.490	15.839
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	93.207	97.074	70.396
(Ganhos) / Perdas atuariais	(5.072)	(28.689)	-
(-) Benefícios pagos no ano	(58.583)	(66.798)	(23.518)
Obrigações no final do exercício	1.067.000	1.082.078	1.145.002
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	490.863	546.401	501.867
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	44.657	39.597	32.588
Contribuições patronais	4.105	3.971	4.224
Contribuições participantes	2.603	3.306	3.517
(-) Benefícios pagos	(58.583)	(66.798)	(23.518)
Ganhos / (Perdas) nos ativos financeiros	62.756	(24.610)	-
Ativos financeiros no final do exercício	546.401	501.867	518.678
Déficit apurado	(520.599)	(580.211)	(626.325)

3. Outros Resultados Abrangentes - ORA	31/12/2020	31/12/2019
Total dos (ganhos) / perdas apuradas no ano (a) = (b) + (c)	(4.078)	(67.828)
(Ganho) / perda no valor das obrigações (b)	(28.689)	(5.072)
(Ganho) / perda nos ativos financeiros (c)	24.611	(62.756)

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

4. Análise de sensibilidade das hipóteses

4.1 Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

	R\$	%
Real	1.082.078	-
Aumento (1%)	983.501	-9%
Redução (1%)	1.199.035	11%

4.2. Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações calculadas

	R\$	%
Real	1.082.078	-
Aumento (1%)	1.114.979	3%
Redução (1%)	1.005.235	-7%

Sensibilidade da rotatividade sobre as obrigações calculadas

	R\$	%
Real	1.082.078	-
Aumento (1%)	1.081.989	0%
Redução (1%)	1.082.091	0%

Há de se informar que o déficit apurado no plano de benefícios em 31/12/2020 é influenciado pelo contrato de confissão de dívida firmado entre a REFER e a CBTU, não devidamente adimplido pela CBTU, sendo certo que a REFER executou judicialmente tal contrato de confissão de dívida, impondo-se, por decisão transitada em julgado, a obrigação de pagar a CBTU e a União Federal, a qual ingressou nos autos como litisconsorte da CBTU. No âmbito da Procuradoria Geral da União - PGU está em andamento processo de tentativa de acordo visando o pagamento parcial da dívida pela União Federal. O pagamento da dívida de responsabilidade da CBTU restauraria o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial do plano de benefícios.

(b) Benefício de assistência médica e odontológica

Referente a assistência médica, a Companhia oferece aos seus empregados ativos e respectivos dependentes três tipos de plano de assistência médica, sendo diferenciados pela rede de hospitais credenciados e tipos de acomodação. Para o plano básico, a Companhia subsidia 100% do valor das mensalidades, não havendo, portanto, a caracterização de continuidade vitalícia no período pós-emprego, mas somente pelos prazos máximos proporcionais exigidos pela legislação vigente para os casos de desligamento.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Para os demais produtos, caso o empregado manifeste interesse em fazer upgrade de categoria, há uma contribuição mensal a ser paga pelo empregado, sendo o restante subsidiado pela Companhia. Para estas situações, há a caracterização de vínculo vitalício após a aposentadoria, no instante em que o empregado tenha contribuído por mais de dez anos ao plano e venha a se aposentar na Companhia.

A Companhia oferece também aos empregados ativos, um plano básico odontológico, com custeio integral por parte da Companhia, sendo o empregado responsável apenas pelo custeio de seus dependentes, ou pelo upgrade da categoria, caso deseje. Da mesma forma que ocorre no Plano de Assistência Médica, o aposentado pode permanecer na apólice após o término de seu vínculo empregatício com a Companhia, custeando 100% dos valores das mensalidades cobradas. Os planos odontológicos, embora haja a caracterização de benefício no período pós emprego, normalmente não apresentam passivos de longo prazo a serem registrados, dado o comportamento inverso em relação aos planos de assistência médica. Isso ocorre porque, ao contrário dos planos médicos, onde a utilização e o custo são exponenciais em relação a idade, nos planos odontológicos, tanto a utilização como o custo são decrescentes em relação à idade. Assim, quando avaliada a arrecadação e o custo médio da carteira, o saldo é superavitário, não sendo, portanto, mérito de avaliação atuarial.

Assim sendo, referente ao plano de assistência médica, em 31/12/2020, a base de estudos considerou o cadastro de participantes ativos e seus respectivos dependentes (18.946 beneficiários) e os participantes inativos (aposentados e desligados) e seus respectivos dependentes (875 beneficiários).

Das hipóteses biométricas utilizadas nesta avaliação, destacamos as premissas:

	2020	2019
Taxa de desconto	3,48%	3,54%
Duração média dos pagamentos – Duration	17,70 anos	13,6 anos
Taxa de inflação de longo prazo	3,27%a.a.	3,58%a.a.
HCCTR – Health Care Cost Trend Rate (inflação médica)	3% a.a.	5,71% a.a.
Tábua biométrica - Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

Para estimativa de permanência no plano médico no período pós emprego foi considerado que permanecerão no plano aqueles beneficiários cujo valor do prêmio médio individual não supere 25% da renda de aposentadoria. Com esta base, apenas 98% dos beneficiários com direito vitalício optarão por permanecer no plano de assistência médica.

Exposição dos resultados

De acordo com as hipóteses adotadas e com as metodologias recomendadas (Unidade de Crédito Projetado), o estado de equilíbrio do programa, após as avaliações procedidas pode ser assim resumido:

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

1. Resumo das obrigações calculadas	2019	2020
Total das obrigações	52.535	70.536
(-) Valor justo dos ativos financeiros em 31/12/2020	-	-
Déficit em 31/12/2020	(52.535)	(70.536)

2. Movimentação das obrigações e ativos financeiros	31/12/2019	31/12/2020	Projeção 31/12/2021
Obrigações no início do exercício	79.134	52.535	70.536
Custo do serviço corrente	2.430	2.569	1.110
Juros sobre obrigação atuarial	7.199	7.611	4.728
(Ganhos) / Perdas atuariais	(31.469)	10.381	-
(-) Benefícios pagos no ano	(4.759)	(2.560)	(3.358)
Obrigações no final do exercício	52.535	70.536	73.016
Ativos financeiros no final do exercício	-	-	-
Déficit apurado	(52.535)	(70.536)	(73.016)

3. Outros Resultados Abrangentes - ORA	31/12/2020	31/12/2019
Total dos (ganhos) / perdas apuradas no ano (a) = (b) + (c)	7.821	(36.228)
(Ganho) / perda no valor das obrigações (b)	10.381	(31.469)
(Ganho) / perda nos ativos financeiros (c)	-	-
(-) Benefícios pagos	(2.560)	(4.759)

4. Análise de sensibilidade das hipóteses

4.1 Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas	R\$	%
Real	70.536	-
Aumento (1%)	62.909	-11%
Redução (1%)	79.088	12%

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

4.2.Sensibilidade da inflação médica sobre as obrigações calculadas	R\$	%
Real	70.536	-
Aumento (1%)	75.702	7%
Redução (1%)	65.722	-7%

(c) Benefício de desligamento sem justa causa aos empregados oriundos da ex FEPASA

A Companhia mantém em seu quadro de empregados ainda em atividade 295 ex-empregados da extinta FEPASA - Ferrovia Paulista S.A., que por força de acordo coletivo firmado em 1994, possuem benefícios de desligamento sem justa causa, caso o contrato de trabalho seja rescindido por parte da empresa. Nos casos de aposentadoria, o empregado perde o direito ao benefício rescisório. A contagem do período para cálculo das indenizações abaixo detalhadas cessou em 1996. Os benefícios garantidos pela empresa são:

- (a) Empregado que no ato do desligamento contar com 4 até 10 anos incompletos de tempo de empresa, receberá uma indenização equivalente a um salário mensal por ano de serviço;
- (b) Empregado que no ato do desligamento contar com 10 até 20 anos incompletos de tempo de empresa, receberá uma indenização equivalente a dois salários mensais por ano de serviço;
- (c) Empregado que no ato do desligamento contar com 20 anos completos ou mais de tempo de empresa, receberá uma indenização equivalente a dois salários e meio mensais por ano de serviço; e
- (d) Além das verbas indenizatórias descritas nos itens anteriores, a FEPASA pagará 80% sobre depósitos legalmente corrigidos do FGTS, por ela efetuados, nos quais já constam incluídos os 40% previstos em Lei e mais o aviso prévio e outras verbas indenizatórias exigidas pela legislação vigente.

Assim sendo, para este benefício, mantendo-se a consistência com suas práticas e demonstrações anteriores, foram utilizadas como principais premissas para o cálculo atuarial:

	2020	2019
Taxa de desconto	3,32% a.a.	3,54%
Duração média dos pagamentos – Duration	11,13 anos	11,1 anos
Taxa de inflação de longo prazo	3,27%a.a.	3,58%a.a.
Tábua biométrica – Sobrevivência geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica – Entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Exposição dos resultados

De acordo com as hipóteses adotadas e com as metodologias recomendadas (Unidade de Crédito Projetado), o estado de equilíbrio do programa, após as avaliações procedidas pode ser assim resumido:

1. Movimentação das obrigações calculadas			Projeção
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Obrigações no início do exercício	10.308	7.909	5.348
Custo do serviço corrente	341	366	163
Juros sobre obrigação atuarial	938	1.006	358
(Ganhos) / Perdas atuariais	(3.678)	(3.933)	-
(-) Benefícios pagos no ano	-	-	-
Obrigações no final do exercício	7.909	5.348	5.869
Ativos financeiros no final do exercício	-	-	-
Déficit apurado	(7.909)	(5.348)	(5.869)

2. Outros Resultados Abrangentes - ORA	31/12/2020	31/12/2019
Total dos (ganhos) / perdas apuradas no ano (a) = (b) + (c)	(3.933)	(3.678)
(Ganho) / perda no valor das obrigações (b)	(3.933)	(3.678)
(Ganho) / perda nos ativos financeiros (c)	-	-

3. Análise de sensibilidade das hipóteses

3.1 Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas	R\$	%
Real	5.348	-
Aumento (1%)	4.770	-11%
Redução (1%)	5.997	12%
3.2. Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações calculadas	R\$	%
Real	5.348	-
Aumento (1%)	5.575	4%
Redução (1%)	5.131	-4%

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

23. Capital social

Em 31/12/2020, o capital subscrito e integralizado está representado por 584.305.949.360 (553.279.468.524 em 2019) ações ordinárias nominativas, no montante de R\$ 17.529.178 (R\$ 16.598.384 em 2019), sendo que a Companhia detém dispositivo societário de Capital Autorizado no importe de R\$ 21.000.000.

O aumento do Capital Social decorre da capitalização de adiantamentos financeiros realizados pelo acionista controlador Fazenda do Estado de São Paulo, na qualidade de AFAC's, no montante de R\$ 930.794, conforme deliberação do Conselho de Administração, em sua 328ª Reunião Ordinária, realizada em 26/10/2020.

24. Adiantamentos para aumento de capital

Referem-se a recursos financeiros disponibilizados pela Fazenda do Estado de São Paulo, na condição de acionista controlador da Companhia, para fazer frente ao Programa de Investimento da Companhia, previstos no Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo que tais recursos somente são liberados para pagamento de medições contratuais e outras caracterizadas como de investimento, diretamente aos fornecedores, por meio do Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nos termos da Lei nº 17.244 de 10/01/2020, os repasses financeiros à Companhia foram de R\$ 530.369 (R\$ 523.802 em 2019), a título de aportes para futura capitalização.

Também, no exercício de 2020, conforme deliberado pelo Conselho de Administração, em sua 328ª Reunião Ordinária, realizada em 26/10/2020, foi capitalizado o montante de R\$ 930.794 correspondente aos repasses efetuados pelo acionista controlador no período de outubro de 2018 a agosto de 2020, assim sendo, mantido o montante de R\$ 265.543 para futura capitalização, cuja proposta deve ser conduzida pela Companhia.

25. Receita líquida

	2020	2019
Receita operacional bruta	2.167.755	2.763.481
Receita dos transportes ferroviários	1.162.010	1.743.962
Subvenção recebida para operação	919.289	929.813
Outras receitas	86.456	89.706
Deduções da receita bruta	(35.960)	(47.393)
Cofins e Pasep	(9.009)	(9.284)
Impostos	(1.810)	(1.368)
Contribuição previdenciária – CPRB	(25.141)	(36.741)
	2.131.795	2.716.088

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Substancial diminuição na arrecadação das receitas tarifárias ao longo de 2020 mediante redução da demanda, fruto das medidas de restrições adotadas pelo Poder Público em função da pandemia da Covid-19. Esta redução da demanda traduziu-se na redução dos passageiros pagantes, refletindo em queda de 33,37% na arrecadação em 2020 com relação a 2019, em que pese o reajuste tarifário ocorrido em jan/20 de 2,33%.

26. Custos dos serviços prestados

	2020	2019
Pessoal	(851.663)	(900.780)
Energia elétrica de tração ¹	(222.542)	(175.804)
Vigilância ²	(260.345)	(207.809)
Limpeza e conservação	(100.682)	(101.946)
Manutenção	(470.534)	(465.055)
Serviços de transporte	(21.168)	(20.400)
Materiais	(63.613)	(62.548)
Depreciação/amortização	(292.573)	(317.384)
Provisões para benefícios a empregados pós emprego	(2.765)	(3.942)
Outros	(61.578)	(57.857)
	(2.347.463)	(2.313.525)

¹Em que pese a redução de demanda no transporte, a Companhia manteve a operação de sua frota em níveis compatíveis com o praticado anteriormente ao início da pandemia, visando proporcionar maior distanciamento social. Desta forma, o consumo de energia elétrica, em MWh, manteve-se em patamares compatíveis com o registrado em 2019, estando a diferença no custo total associada ao maior preço do MWh em 2020.

Resta informar que grande parte da energia elétrica de tração da Companhia é contratada no “mercado livre de energia”, em contratos com duração de cinco anos e política de preços regressivas (maior preço no primeiro ano, menor preço no último ano), conforme práticas de mercado. O custo do MWh em 2019 referiu-se ao último ano do contrato de energia, ao passo que o valor de 2020 reflete o primeiro ano do novo contrato, implicando, portanto, no aumento de custo verificado.

²Em 2020, a CPTM firmou novos contratos de vigilância, recompondo-se as quantidades necessárias de postos para cobertura do território e viabilizando-se a implantação de estratégias operacionais específicas, como a escolta de trens (dupla de vigilantes embarcadas nas viagens). Adicionalmente, foi celebrado convênio com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, a fim de permitir a implantação da DEJEM (Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar), reforçando-se as condições de segurança pública das estações da CPTM. Os resultados obtidos em 2020 no tema de vigilância e segurança foram extremamente positivos, com destaque a maior efetividade ao combate do comércio ilegal nos trens e estações, além da redução do número de ocorrências de segurança pública.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Por fim, a rubrica contábil Provisões para benefícios a empregados pós emprego está sendo reapresentada para 2019, considerando que parte do valor nela considerado é correspondente a Benefícios a empregados de curto prazo – PPR, rubrica que se vincula ao grupamento de Pessoal haja vista que se trata da reversão da provisão constituída em 2018 cuja despesa está considerada em Pessoal no exercício de 2019. Esta reclassificação está demonstrada conforme segue:

Custos dos serviços prestados	Saldo em 31/12/2019	Reclassificações	Saldo em 31/12/2019 reapresentado
Pessoal	(935.642)	34.862	(900.780)
Provisões – benefícios a empregados pós emprego	30.920	(34.862)	(3.942)
	(904.722)	-	(904.722)

27. Despesas administrativas

	2020	2019
Pessoal	(183.964)	(197.457)
Tecnologia da informação	(20.627)	(19.654)
Sistema de bilhetagem eletrônica	(32.826)	(42.979)
Serviços de transporte	(9.236)	(9.604)
Materiais	(4.651)	(4.469)
Indenizações	(182.961)	(169.240)
Depreciação/amortização	(12.822)	(20.207)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	38.547	249.945
Provisões para benefícios a empregados pós emprego	(6.383)	(5.075)
Gastos gerais	(14.689)	(14.969)
Outros	(57.287)	(28.785)
	(486.899)	(262.494)

Em 2019, houveram reversões de ações de natureza trabalhista no montante de R\$ 180.690 corresponde ao efeito da mudança na estimativa contábil aplicada pela Companhia. O critério de riscos de natureza trabalhista foi revisto em função da mudança de cenário das ações e das decisões decorrentes da reforma trabalhista introduzida pela Lei 13.467/2017. Ademais, em 2020 não houve evento relevante para o ingresso de novas ações. De forma geral, o ingresso de ações trabalhistas vem caindo, em razão de medidas internas para a minimização do passivo trabalhista.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Por fim, a rubrica contábil Provisões para benefícios a empregados pós emprego está sendo reapresentada para 2019, considerando que parte do valor nela considerado é correspondente a Benefícios a empregados de curto prazo – PPR, rubrica que se vincula ao grupamento de Pessoal haja vista que se trata da reversão da provisão constituída em 2018 cuja despesa está considerada em Pessoal no exercício de 2019. Esta reclassificação está demonstrada conforme segue:

Despesas administrativas	Saldo em 31/12/2019	Reclassificações	Saldo em 31/12/2019 reapresentado
Pessoal	(204.854)	7.397	(197.457)
Provisões – benefícios a empregados pós emprego	2.322	(7.397)	(5.075)
	(202.532)	-	(202.532)

28. Despesas por natureza

	2020	2019
Pessoal	(1.035.627)	(1.098.237)
Energia elétrica de tração	(222.542)	(175.804)
Vigilância	(260.345)	(207.809)
Limpeza e conservação	(100.682)	(101.946)
Manutenção	(470.534)	(465.055)
Tecnologia da informação	(20.627)	(19.654)
Sistema de bilhetagem eletrônica	(32.826)	(42.979)
Serviços de transporte	(30.404)	(30.004)
Materiais	(68.264)	(67.017)
Indenizações	(182.961)	(169.240)
Depreciação/amortização	(305.395)	(337.591)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	38.547	249.945
Provisões para benefícios a empregados pós emprego	(9.148)	(9.017)
Gastos gerais	(14.689)	(14.969)
Outros	(118.865)	(86.642)
	(2.834.362)	(2.576.019)

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

29. Outras receitas (despesas) líquidas

	2020	2019
Perdas decorrentes do Sistema de Bilhetagem Eletrônica ¹	(182.972)	(245.654)
Baixas patrimoniais	(9.439)	(4.577)
Receitas eventuais	84.488	17.838
Entradas de sucatas e inservíveis em estoque	2.868	1.753
Outras	(1.909)	(14.705)
	(106.964)	(245.345)

¹O total de passageiros pagantes no exercício de 2020 representou 36% menor em comparação com o exercício de 2019, atribui-se esta diminuição em razão das medidas tomadas para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, ocasionando queda na receita tarifária arrecadada, e consequentemente reduzindo as perdas na apuração das receitas líquidas nos Sistemas de Bilhetagem Eletrônica bem como seus custos em 2020 em comparação ao ano de 2019.

30. Receitas (despesas) financeiras

	2020	2019
Receitas financeiras		
- Rendimentos de aplicações e fundos	5.502	11.559
- Atualização monetária e cambial ativa	19.468	13.628
- Multas	2.013	9.331
- Outras	258	31.417
	27.241	65.935
(-) Despesas financeiras		
- Atualização monetária e cambial passiva	(7.680)	(26.832)
- Juros incorridos e atualização monetária s/ arrendamento financeiro	(100.747)	(98.875)
- Juros incorridos s/ passivo atuarial - benefícios a empregados	(66.094)	(56.687)
- Juros s/ demais compromissos	(7.156)	(10.932)
- Outras	(16)	(4.620)
	(181.693)	(197.946)
Resultado financeiro	(154.452)	(132.011)

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

31. Imposto de renda e contribuição social diferido e despesa de imposto de renda e contribuição social

- Composição dos impostos diferidos:

	2020	2019
Ativo de imposto diferido:		
- Prejuízos fiscais	9.230	17.917
Passivo de imposto diferido:		
- Reserva de reavaliação	(9.230)	(17.917)
Imposto diferido (líquido)	-	-

- Movimentação do período:

	Prejuízos fiscais	Reserva de reavaliação
Ativo de imposto diferido:		
Em 31 de dezembro de 2019	216.046	-
Debitado ao resultado	(9.230)	-
Em 31 de dezembro de 2020	206.816	-
Passivo de imposto diferido:		
Em 31 de dezembro de 2019	-	216.046
Creditado ao resultado	-	(9.230)
Em 31 de dezembro de 2020	-	206.816

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Referido pronunciamento técnico determina que, quando a entidade tem um histórico de perdas recentes, ela deve reconhecer ativo fiscal diferido advindo de prejuízos fiscais não utilizados somente na medida em que tenha diferenças temporárias tributáveis (passivos de impostos diferidos) suficientes. Nesse sentido, o reconhecimento dos ativos de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais foram limitados ao valor dos passivos de impostos diferidos da Companhia.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

32. Partes relacionadas

Ativos		2020			2019		
	Natureza da transação	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Metrô		69	-	69	73	-	73
EMTU		26	-	26	23	-	23
Prefeitura de Jundiaí	Cessão de empregados	-	271	271	295	-	295
(-) Estimativa de perda		-	(271)	(271)	-	-	-
Prefeitura de Sorocaba		-	96	96	-	96	96
(-) Estimativa de perda		-	(96)	(96)	-	(96)	(96)
		95	-	95	391	-	391
Passivos		2020			2019		
	Natureza da transação	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
	Convênio ¹	2	-	2	308	-	308
Metrô	Cessão de empregados	587	-	587	-	-	-
Ministério da Economia	Cessão de empregados	13	-	13	-	-	-
Fundação REFER ²	Previdência suplementar	559	-	559	585	-	585
Notre Dame/ Intermédica ²	Saúde e odontológico	11.357	-	11.357	11.253	-	11.253
SSP/SP	Termo de cooperação ³	974	-	974	-	-	-
		13.492	-	13.492	12.146	-	12.146

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

¹Convênio de cooperação e integração técnico-científica e operacional entre a CPTM e o Metrô, com objetivo de promover ações conjuntas e/ou recíprocas para a otimização dos recursos humanos e materiais, bem como, transferência de tecnologia e de materiais ou equipamentos de uso comum ou de interesse específico, visando o pleno atendimento do objeto social de cada uma das partícipes para desenvolvimento e racionalização dos sistemas de transporte público.

²Para estes passivos estão consideradas as obrigações da parte patrocinadora e da parte subsidiada pela Companhia, respectivamente para os planos previdenciário e de saúde/odontológico.

³Termo de cooperação entre a CPTM e a Secretaria da Segurança Pública, com interveniência da Polícia Militar do Estado de São Paulo, objetivando a conjunção de esforços e a cooperação mútua, com a finalidade de utilização de policiais militares complementando as ações das equipes próprias e terceirizadas, na segurança das estações e interior dos trens, mediante o pagamento de diária especial por jornada extraordinária de trabalho policial militar – DEJEM.

Efeitos no resultado:

Natureza da transação	2020				2019			
	Receitas	Custos/despesas	Ressarcimento de despesa	Total	Receitas	Custos/despesas	Ressarcimento de despesa	Total
Cessão de empregados		(5.973)	807	(5.166)		(5.099)	1.139	3.960
Indenizações reembolsadas		-	73.423	73.423		-	-	-
Convênio operacional		(22.989)	-	(22.989)		(5.404)	-	(5.404)
Benefícios a empregados		(71.029)	-	(71.029)		(69.372)	-	(69.372)
Subvenção para custeio	919.289	-	-	919.289	929.813			929.813
	919.289	(99.991)	74.230	893.528	929.813	(79.875)	1.139	851.077

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Remuneração da administração

A remuneração máxima aprovada para o exercício de 2020 está em consonância aos termos da Deliberação CODEC nº 01 de 29/04/2019, emitida com fulcro no estabelecido no artigo 5º, II, do Decreto Estadual nº 55.870/2010, considerando a remuneração dos membros dos órgãos estatutários, incluindo os membros dos conselhos de administração e fiscal e dos comitês das empresas controladas pelo Estado, conforme segue:

- I- dos diretores, em R\$ 21.939,31 (vinte e um mil, novecentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos); e
- II- dos membros do Comitê de Auditoria, em R\$ 10.747,49 (dez mil, setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e nove centavos)

Nestas condições, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi promovida a seguinte distribuição aos administradores:

Descrição	2020	2019
Honorários	3.676	3.480
	3.676	3.480

Os benefícios de curto prazo aos administradores estão representados basicamente por ordenados.

Benefícios pós-emprego

A Companhia não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal chave da Administração.

33 Gerenciamentos de riscos

Risco de Crédito

Parte substancial da receita da empresa é proveniente da utilização do sistema de transporte (receita tarifária), através do carregamento de crédito antecipado à viagem (sistema SBE). Assim, a Companhia possui baixa exposição ao risco de crédito.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras da empresa são efetuadas predominantemente em Fundo específico do Governo do Estado de São Paulo no Banco do Brasil, operação classificada como de baixo risco.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Exposição Máxima ao Risco de Crédito

Ativos financeiros	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	47.046	240.447
Clientes e outros recebíveis	36.396	28.652
Outros créditos	5.491	13.021
	88.933	282.120

Risco de Liquidez

A Companhia é uma empresa pública dependente do Governo do Estado de São Paulo, ou seja, as receitas próprias da empresa não são suficientes para manter sua operação. Neste sentido, a empresa é subvencionada pela Fazenda do Estado de São Paulo nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - mitigando os riscos de liquidez.

PASSIVOS FINANCEIROS E OS SEUS VENCIMENTOS CONTRATUAIS:

Passivos financeiros	Vencidos	Até 30 dias	Vincendos			Total
			De 31 a 90 dias	De 91 dias a 1 ano	De 1 a 3 anos	
Fornecedores	17.190	159.911	143.216	18.248	-	338.565
Garantias Contratuais	-	-	5	1.221	736	1.962
Parcelamentos/Acordos	-	6.319	9.550	7.334	1.801	25.004
Contas a pagar	-	1.511	-	74.268	774	76.553
	17.190	167.741	152.771	101.071	3.311	442.084

Risco de Mercado

Risco de Moeda Estrangeira

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

A Companhia incorre em risco cambial quando da formalização de contratos de prestação de serviços ou fornecimento de bens em moeda diferente da local (R\$). Estes tipos de contratos são firmados para a aquisição ou prestação de serviços que compõem o investimento da empresa e, nesse sentido, o risco destas operações são suportados pelo Governo do Estado de São Paulo responsável pelo aporte de recursos para realização de investimentos.

Risco de taxa de juros

A Companhia não está exposta ao risco de variação nos juros, pois não possui empréstimos ou financiamentos.

34 Instrumentos financeiros

Categoria dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Equivalentes de caixa: classificado em valor justo por meio do resultado e mensurados a posterior pelo valor justo com efetivos no resultado.

Clientes e outros recebíveis e outros créditos: classificados na categoria de custo amortizado e mensurados a posterior pelo método da taxa efetiva de juros.

Fornecedores, garantias contratuais e contas a pagar: classificados na categoria de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - COMPANHIA

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

	2020			2019		
	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	47.046		47.046	240.447		240.447
Clientes e outros recebíveis		36.396	36.396		28.652	28.652
Outros créditos		5.491	5.491		13.021	13.021
Passivos						
Fornecedores		338.565	338.565		227.275	227.275
Garantias contratuais		1.962	1.962		1.978	1.978
Parcelamentos/Acordos		25.004	25.004			
Contas a pagar		76.553	76.553		124.946	124.946

As operações da Companhia estão sujeitas ao risco de crédito em decorrência da possibilidade de a Companhia ter perdas por inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes com acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia realiza operações preponderantemente com instituições públicas, na forma estabelecida pelo Decreto nº 60.244 de 14/03/2014. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - COMPANHIA**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa, na data de balanço.

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são classificados em Nível 1, haja vista que determinado com base em cotações públicas em mercados ativos.

Descrição	2020			2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	47.046	-	-	240.447	-	-
Total	47.046	-	-	240.447	-	-

Devido às características dos ativos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado, a administração entende que não há diferença entre o valor contábil e valor justo para esses ativos.

35 Eventos subsequentes

A gratuidade nos transportes públicos para pessoas com idade entre 60 e 64 anos, concedida desde 2013 nos termos da Lei Estadual nº 15.187/2013 e regulamentada pelo Decreto nº 60.595/2014, foi revogada pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 65.414, de 22/12/2020, passando a gratuidade do transporte público à partir de 65 anos vigor em 1º de fevereiro de 2021.

* * *



Russell Bedford

taking you further

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2020.



Aponte a câmera de seu
celular para a imagem
acima e preencha nossa
pesquisa de satisfação.
Caso não compatível,
obtenha um leitor de *QR*
Code para acessar o
conteúdo da imagem.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e aos Acionistas da

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM

São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14.4, a Companhia vem utilizando em suas operações 72 trens e peças sobressalentes dos mesmos, adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). O custo desses trens e peças, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 1.993.943 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 142.269 mil (65 trens e peças sobressalentes ao custo de R\$ 1.773.578 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 92.893 mil em 2019). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações contábeis da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec. Consequentemente o ativo não circulante e o passivo não circulante estão subavaliados em R\$ 1.993.943 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.773.578 mil em 31 de dezembro de 2019) respectivamente.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Incerteza significativa relacionado com a continuidade operacional

A Companhia vem apresentando prejuízos sucessivos, sendo R\$ 963.983 mil apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 237.287 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019) e o passivo circulante da Companhia excedente ao ativo circulante em R\$ 573.702 mil (R\$ 356.350 mil em 2019). Adicionalmente, a Nota Explicativa nº 2 descreve que em decorrência da pandemia relativa ao COVID-19, que se disseminou no início do exercício de 2020, o segmento de transportes foi significativamente afetado com reflexos nas atividades da Companhia, bem como impactou significativamente na geração de receitas e caixa no curto prazo. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 24, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a necessidade de recursos de seu acionista controlador (Fazenda do Estado de São Paulo), para fazer frente ao Programa de Investimentos da Companhia, previsto no Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nos termos da Lei nº 17.244 de 10 de janeiro de 2020, os repasses financeiros à Companhia foram de R\$ 530.369 (R\$ 523.802 em 2019), a título de aportes para futura capitalização. Conforme deliberado pelo Conselho de Administração na 328ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de outubro de 2020, foi capitalizado o montante de R\$ 930.794 mil, correspondente aos repasses efetuados pelo acionista controlador no período de outubro de 2018 a agosto de 2020, assim sendo, mantido o montante de R\$ 265.543 para futura capitalização, cuja proposta deve ser conduzida pela Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



Denúncia Criminal pelo Ministério Público

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, em 9 de junho de 2017, foi apresentada uma Denúncia Criminal pelo Ministério Público, por meio do GEDEC - PIC-GEDEC/MP-SP nº 07/2014 (Grupo de Atuação Especial de Repressão à Formação de Cartel e a Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativo), em que arrolados 4 ex-gestores da Companhia e representantes das empresas que participaram no Processo Licitatório realizada pela Companhia, com relação a Manutenção dos Trens Metropolitanos (Projetos CPTM: S2000 S2100 S3000 S2070 S7000 S7500), que se encontra em fase de defesa prévia dos denunciados. A ação foi redistribuída para a 2ª Vara dos Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores de São Paulo em 24 de janeiro de 2020. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Processos trabalhistas da Fepasa

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, a Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais funcionários aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos funcionários ativos da CPTM. Nessas ações a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados são reembolsados à CPTM nos termos no Parecer CJ/SF 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31 de janeiro de 2010 através do processo 1000288-601078/2010. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Cobertura de Seguros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços de transporte metropolitano por ela prestados. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Reclassificação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, a fim de propiciar maior clareza da informação, a Companhia reclassificou elementos patrimoniais que compõe o Passivo Circulante e o Passivo Não Circulante das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019, que estão apresentadas para fins de comparação.



Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, concluimos que as outras informações não apresentam distorção relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio-Responsável Técnico

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da CPTM, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais previstas no Regimento Interno do próprio Comitê, procederam ao exame e à análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião com ressalva dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes, recomendamos, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima citados pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 16 de março de 2020

AFONSO ANTONIO HENNEL
Membro

ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Coordenadora do Comitê de Auditoria

SILVERIO CRESTANA
Membro



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, cumprindo as determinações legais, em sua 333ª Reunião Ordinária, realizada no dia 22 de março de 2021, às 9h30, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis nele contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração do Resultado, pela Demonstração do resultado abrangente, pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, pela Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2020.

Com fundamento nas respectivas análises e na apresentação do Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho de Administração manifesta-se favoravelmente ao Relatório Anual da Administração, bem como às Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social de 2020, considerando que os mesmos estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação final dos Senhores Acionistas, observando-se os parágrafos de ênfase constantes do referido Parecer da Auditoria Independente.

SILVANI ALVES PEREIRA
Presidente do Conselho

ANDREA MARIA RAMOS LEONEL
Conselheira

NICOLAU DE TOLENTINO ELIAS
Conselheiro

ADAILTON FERREIRA TRINDADE
Conselheiro

DANILO FERREIRA GOMES
Conselheiro

ALMINO MONTEIRO ÁLVARES AFFONSO
Conselheiro

PEDRO TEGON MORO
Conselheiro

ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Conselheira

ANDRÉ LUIS GROTTI CLEMENTE
Conselheiro

CARLOS PEDRO JENS
Conselheiro

BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Conselheiro



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM, cumprindo as determinações legais, na Reunião Extraordinária, realizada no dia 22 de março de 2021, às 14h00, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis nele contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração do Resultado, pela Demonstração dos Resultados Abrangente, pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2020.

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, em cumprimento ao disposto nos incisos II e IV do art. 163, da Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, procederam ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis exigidas em Lei e das Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base no Relatório da Auditoria Independente, datado de 11/03/2021, considerando o Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário – 2020, de 19/03/2021 e considerando a manifestação do Conselho de Administração havida em reunião ocorrida em 22/03/2021, os Senhores Conselheiros opinam que as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas, observando-se a ressalva constante do referido Relatório da Auditoria Independente, relacionada à Nota Explicativa nº 14.4 – “Imobilizado”.

GUSTAVO CARVALHO TAPIA LIRA
Conselheiro

JOSÉ RICARDO MEGA ROCHA
Conselheiro

JOSÉ LUIZ GAVINELLI
Conselheiro

ROBERTA CAMPEDELLI A. GONÇALVES
Conselheira

ROBERTA MOREIRA DA C. BERNARDI PEREIRA
Conselheira

www.cptm.sp.gov.br



| Secretaria de Transportes Metropolitanos